

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Departamento de Sociologia

Leandro Leal Moraes

**Do preto-e-branco papel à aquarela impura do tempo:
ressignificações da arquitetura modernista na história de Brasília.**

Brasília (DF), novembro de 2013

Universidade de Brasília

Leandro Leal Moraes

**Do preto-e-branco
papel à aquarela impura do
tempo: ressignificações da
arquitetura modernista na
história de Brasília.**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como exigência final para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Sociologia.

**Orientador: Prof. Dr.
Michelangelo Giotto Santoro
Trigueiro**

Brasília (DF), julho de 2013

**Do preto-e-branco papel à aquarela impura do tempo:
ressignificações da arquitetura modernista na história de Brasília.**

Leandro Leal Moraes

BANCA EXAMINADORA

.....
Prof. Dr. Michelangelo Giotto Santoro Trigueiro **Orientador**

.....
Prof. Dr. Brasilmar Ferreira Nunes

Resumo: Este trabalho discute a história de uma forma específica de ocupação do espaço da cidade de Brasília definida como arquitetura modernista. Argumentamos que o espaço físico de uma cidade é social e, portanto, passível de ressignificações simbólicas ao longo do tempo. Para operacionalizar tal acepção, pautamo-nos no conceito de *prática* cunhado por Louis Althusser. Tratamos, assim, de buscar as alterações de significados sociais da arquitetura modernista na história de Brasília. Primeiramente, identificamos os antecedentes que possibilitam o surgimento da forma de ocupação do espaço. Nesta busca das origens, selecionamos os discursos de uma arquitetura modernista de um governo desenvolvimentista. Traçamos algumas possíveis aproximações e distanciamentos dos dois discursos selecionados, bem como identificamos suas filiações teóricas. Posteriormente, confrontamos o desenvolvimento factual da cidade com as premissas da cidade planejada através de dados socioeconômicos e do relatório *Brasília Revisitada*. Argumentamos, por fim, que a interpretação da história da cidade de Brasília não pode resumir-se aos itens contidos no plano original da cidade, uma vez que esta está em constante processo de ressignificação.

Palavras-chave: Sociologia Urbana. História. Prática.

Agradecimentos:

Primeiramente, agradeço a Universidade de Brasília na qual, com todos os seus problemas, tive a honra de conviver com as pessoas mais apaixonadas e brilhantes que já conheci. Ao meu orientador, Michelangelo pelos seus conselhos sábios, mas, principalmente, pela sua humanidade e compreensão. Ao meu pai, com quem pouco convivi, mas que tem sua parcela de quem eu sou. Afinal, talvez aquilo que mais fale de nossa alma seja aquilo que se furta, inclusive de nós mesmos. Obrigado pelo amor. Ao meu irmão Cássio, antigo parceiro de brinquedos, por suas observações inteligentes e risadas bobas. E especialmente à minha mãe, Suzana, companheira por tantas cidades, das quais a primeira em que morei foi justamente seu corpo.

Sumário:

1. Introdução

Parte I

2. A realidade global e nosso objeto

2.1 A cidade como categoria sociológica

Parte II

3. A cidade de Brasília

3.1 Sociogênese da forma urbana

Parte III

4. A cidade vivida

4.1 Dados socioeconômicos e formas urbanas

4.2 A prática arquitetônica de Lúcio Costa 27 anos depois: *Brasília*

Revisitada.

5. Considerações Finais.

1. Introdução

Plano piloto

Sim, Brasília.

admirei o tempo

que já cobre de anos

tuas impecáveis matemáticas.

Paulo Leminski

Os espaços que ocupam as sociedades são mais que a simples relação do homem com um ambiente inerte, são criações expressas em elementos físicos (que ensejam novas criações). Estes portadores do elemento criativo humano contêm significados, histórias e práticas plásticas. A mobilidade criativa do espírito humano, erigida sobre sua história, torna espinhosa a tarefa de capturar significados do presente, sempre fugidios e tão diversos num mesmo tempo quanto os homens que lhes criam e comportam. Um produto humano aparentemente estanque como o cimento de uma cidade possui uma plasticidade assombrosa: bairros outrora nobres se convertem em perigo e pobreza, casas viram escolas, pontes podem ser casas. Uma vez realizado o produto da imaginação humana, este se sujeita às mais variadas e imprevisíveis apropriações e novas criações. Com o espaço das cidades não poderia ser diferente: além do movimento cotidiano visível de gentes; carros; bicicletas; motos e luzes, os significados dos espaços da cidade também se revolvem incansavelmente dentro de seu cimento aparentemente insensível.

O objeto que pretendemos discutir sociologicamente é a história dos significados atribuídos a uma forma específica de ocupação do espaço urbano na história da cidade de Brasília. Buscaremos expor as transformações por que passa o contínuo físico da arquitetura modernista na história da cidade. A empreitada de caráter histórico dialogará com a teoria marxista representada, principalmente, por Louis Althusser, que confere, em nosso

entendimento, grande fluidez ao elemento ideal humano através da ideia de *prática*. A forma referida é o Plano Piloto da cidade de Brasília, identificado como *locus* privilegiado da objetivação de uma arquitetura modernista¹. A inspiração do trabalho, embora um tanto desnaturada em relação à sua filiação inicial, advém da pesquisa empreendida por Cidade e Souza². Segundo a pesquisa, a narrativa brasiliense oficial tem como parâmetro o plano piloto, porém a narrativa espontânea da cidade seria conflitante com aquela produzida oficialmente. Esta localidade no Distrito Federal tem uma forma de organização espacial particular derivada de um arranjo social específico. Desta forma, o olhar histórico do texto medita sobre as permanências das intencionalidades do projeto original em uma cidade vê suas práticas, seus índices discursivos e físicos, ressignificadas ao longo do tempo. As permanências e rupturas dos signos do projeto original serão mensuradas pela classificação da arquitetura modernista enquanto *prática* no sentido específico que lhe confere Althusser.³

É de conhecimento geral, pelo menos na cidade, também que o tipo de organização espacial descrito, à revelia dos projetos concebidos para a cidade, hoje não é unívoco em Brasília. A região do Distrito Federal (que comporta Brasília) cresceu em população, e valeu-se de estratégias de ocupação não contidas nos termos formais de construção da cidade de breve existência. O desenvolvimento factual da cidade de Brasília, em um pouco mais de cinquenta anos, enseja novas apropriações simbólicas da forma modernista de ocupar espaço.

Questões levantadas a respeito do espaço físico cidade de Brasília, usualmente, talvez por seu curto período de existência, retornam aos planos originais da cidade e confrontam-no com uma realidade que extrapola o então previsto⁴. Uma abordagem corrente na literatura sobre a cidade de Brasília medita sobre os distanciamentos da *cidade pensada* e da *cidade vivida*. Tal abordagem muitas vezes liga a realidade vivida na cidade aos sentidos atribuídos ao projeto original de cidade, estes, por conferirem à forma urbana a liderança de um processo de ruptura histórica⁶, haveriam ignorado a realidade nacional que, por sua parte, tratou de

¹ NUNES, Brasilmar F.: *Brasília: a fantasia corporificada* Brasília, Paralelo 15, 2004 .

² CIDADE, Lúcia Cony Faria & SOUZA, Sérgio de Oliveira. *Geopolítica, modernismo e imagem de cidade: potencialidades e limites do patrimônio turístico no Distrito Federal*. Rio Claro: Geografia, 27(3): 71-86, Dezembro de 2002. Revista da AGETEO – Associação de Geografia Teorética.

³ ALTHUSSER, Louis de: *A favor de Marx*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

⁴ DE MAGALHÃES, Themis Quezado. *Brasília: mitos e vivências*. Dissertação de mestrado em antropologia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Brasília, 1985.

⁵ BERNARDES, G. D. *Goiânia, cidade planejada / cidade vivida: discurso e cultura da modernidade*. Tese (doutorado em Sociologia). Brasília: Departamento de Sociologia da UnB.

burlar as formas de ocupação prescritas oficialmente. Afirma-se usualmente também que a cidade solapa as intenções histórico-sociais que entrevê o projeto, e a existência significativa da arquitetura modernista no Plano Piloto teria unicamente uma função museológica. John Holston⁷ já indicara em sua etnografia da cidade a existência da concepção de que a forma modernista tributa sua presença na cidade às proteções legais destinadas a estrutura urbana⁸, e que, deixada desprotegida, à revelia ditames da propriedade privada, perderia sua peculiaridade espacial. Precocemente, observamos uma mudança de vetor temporal nos sentidos atribuídos à forma urbana da capital federal. A cidade nascida sob o signo de catalisador das mudanças eterniza uma forma urbana contra as ameaças de lógicas espaciais que prometera subverter. A cidade, outrora bastião da mudança, cristaliza formalmente seu modo de ocupação urbana. Cumpre analisar, entretanto, as diferentes semânticas que se plasmam a este contínuo arquitetônico na história da cidade. O fato de o nosso objeto constituir-se em uma unidade arquitetônica não implica que entenderemos o espaço da cidade como uma singularidade, muito pelo contrário. Implicamos que a existência das mais variadas estratégias de ocupar o espaço da cidade de Brasília reconfiguram as definições simbólicas atribuídas à arquitetura modernista. Buscaremos evidenciar esta constatação, principalmente, pela análise documental do relatório denominado *Brasília Revisitada*, produzido em 1987 por Lúcio Costa.

A resignificação da forma de ocupação singular da cidade se evidenciará mais claramente na breve recapitulação histórica que empreenderemos. Sem desconsiderar o poder da lógica econômica exerce sobre a significação dos objetos contemporâneos, buscaremos analisar a possível eficiência que ideologias endêmicas à história da forma modernista de ocupar a cidade têm na apreciação simbólica de uma morfologia particular na cidade. Dentre as fontes discursivas que consideramos particulares ao nosso objeto, selecionaremos (em nosso primeiro corte temporal) os significados que um governo desenvolvimentista, por um

⁶ “[...] o espírito de Brasília: sua invocação para romper com o passado.” HOLSTON, John. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua Utopia*. Companhia das Letras. São Paulo. 1993.

⁷ Idem

⁸ Em 7 de Dezembro de 1987, a cidade de Brasília é tombada pela UNESCO e passa a ser considerada Patrimônio Cultural da Humanidade. A decisão, tomada por consenso, justificou-se não somente pelas características arquitetônicas, mas também pelo fato da cidade ser a única construída no século XX com função de capital. Já na lei que define a organização administrativa do Distrito Federal (Artigo 38 da Lei nº 3.751/60), observamos a preocupação com a preservação da forma urbana peculiar à cidade. A cidade também é tombada como patrimônio histórico federal em 1990 e pelo Governo do Distrito Federal em 1991. O Iphan define as diretrizes de preservação do conjunto urbano de Brasília através do decreto nº 10.829 de 14 de outubro e da portaria nº 314/92.

lado, e uma arquitetura modernista, de outro, atribuem à forma de ocupação urbana. Buscaremos, mais detidamente, a compreensão da eficácia de valores originalmente associados à forma urbana, na formulação de símbolos atribuídos à arquitetura modernista ao longo do tempo. A tarefa de acomodação de realidades simultaneamente locais e globais, passadas e presentes, aparecem, portanto, como o grande desafio teórico do texto. Para tal exercício dialogaremos com Louis Althusser, cuja leitura do conceito de *prática* (ALTHUSSER, 1979) reordena as relações de prevalência entre a infraestrutura das relações materiais e a superestrutura ideal. A primeira parte do trabalho, uma sociogênese do modelo urbano modernista, demonstrará antecipadamente a possibilidade de um mesmo objeto social agregar significados distintos em um mesmo tempo, no sentido de que a sociedade se reproduz constantemente e a partir de regimes (simbólicos) de eficiência diferenciados a partir da matéria-prima que encontra (que é, em larga medida, histórica).

Parte I

2. A realidade global e nosso objeto

Sim, meu coração é muito pequeno.

Só agora vejo que nele não cabem os homens.

Os homens estão cá fora, estão na rua.

A rua é enorme. Maior, muito maior do que eu esperava.

Mas também a rua não cabe todos os homens.

A rua é menor que o mundo.

O mundo é grande.⁹

Carlos Drummond de Andrade

O trabalho de seleção de uma bibliografia acerca das cidades é tarefa espinhosa e um grande ensinamento de como dizer não. A primeira dificuldade é a mais óbvia: consiste na angustiante impossibilidade humana de absorver todos os escritos existentes sobre um tema, o que evidencia, desde já, a parcialidade subjacente a este trabalho. A segunda questão diz respeito mais especificamente aos significados que a sociologia urbana imputa ao mundo

⁹ Estrofe retirada do poema *Mundo Grande* de Carlos Drummond de Andrade.

contemporâneo, que acabam por refletir sobre própria tarefa de seleção literária para o estudo.

Em relação à segunda questão levantada, apontamos que, para Saskia Sassen¹⁰, a sociedade contemporânea vive em mundo conectado por um mercado global no qual as cidades assumem papéis proeminentes. Neste mundo, a centralidade do poder dos estados nacionais deveria ser realocada analiticamente, uma vez que as grandes empresas multinacionais e os grandes bancos do mundo hoje não respeitariam fidelidades territoriais, sendo regidos por acomodações econômicas transnacionais. Em contrapartida, a mundialização da mercadoria, segundo a autora, demanda centralizações de poder (distintas daquelas dos estado-nacionais); a exigência seria preenchida por cidades estratégicas, que funcionariam como pontos nodais do processo produtivo mundial e são denominadas *ciudades-globais*.

A ampliação do modelo capitalista de produção e troca mundializado alteraria os significados de tempo e espaço. O espaço urbano, passível de efeitos causados pela economia global, seria ressignificado para atender à função mundial assumida por uma cidade. Sassen demonstra, por exemplo, a reavaliação simbólica de bairros (gerida pelo estabelecimento de um papel específico para uma cidade nas redes de trocas internacionais) outrora considerados inferiores na lógica de uma cidade valendo-se da ideia de *gentrificação*. Ademais, a própria Sassen identifica que a evolução na velocidade e quantidade de informações trocadas globalmente, pede redefinições de relações de trabalho e da própria ontologia do espaço humano.

Identificar a ampliação de um mercado global na contemporaneidade certamente nos seduz à adoção de aparatos teóricos macroscópicos, que apreciam a realidade contemporânea em uma unidade global, com destaque à lógica econômica capitalista. Resta saber, entretanto, se a mundialização da lógica da mercadoria tem força explicativa o suficiente para dar conta das diversidades que se mostram no mesmo espaço da mercadoria por excelência: as cidades. Algumas abordagens conseguem articular a ideia de um mercado com o global e a existência de diversidades intra e interurbanas, enquanto outras consideram que a própria lógica capitalista enseja diferenciações no mundo do trabalho, e este, entendido como o cerne da vida humana, reverbera suas distinções sobre outros espaços sociais, como a forma física da cidade e suas respectivas imagens.

¹⁰ SASSEN, Saskia: *A cidade global: recuperando o lugar e as práticas sócias*. In “Sociologia da globalização (Sassen, S.). Porto Alegre, ARTMED, 2010.

O olhar arquitetônico de Norma Lacerda¹¹ indica que nas mesmas metrópoles sujeitas a compreensões pautadas na lógica de mercado, podem ser vislumbrados efeitos *fragmentação*. A autora dirige seu olhar às morfologias das diferentes formas de ocupação do espaço em uma mesma metrópole. Pautada na acepção, cara aos cientistas sociais, de que o espaço urbano é um dado social *a priori*, alega que a metrópole contemporânea é um lugar fragmentado (partes discerníveis de um todo por diversos padrões de uso) e heterogêneo, do qual os habitantes da cidade só têm acesso a partes selecionadas; as sanções descritas guardariam estreita relação com ditames políticos e econômicos. Poder-se-ia argumentar, talvez, enfileirando-se a um marxismo ortodoxo, que a diversidade descrita funda-se exclusivamente na divisão do trabalho e nas ideologias alienantes produzidas daí. Destarte, buscaremos fundamentar o argumento que, a despeito do poder das relações econômicas nas atribuições de símbolos ao espaço, este é (anteriormente) social. A compreensão do espaço urbano enquanto um objeto social indica que as narrativas que se ligam a este são sempre, em certa medida, historicamente arbitrárias. Neste toante, apontamos que uma possível centralidade da lógica produtiva nas definições dos símbolos de uma cidade não deve ser naturalizada em termos apenas econômicos. Tentaremos, por uma breve revisão histórica, identificar como que a cidade conta, e sempre contou, com regimes de realidade de ordens particulares.

Apoiados nessa perspectiva, afirmamos que a consideração da importância da lógica econômica na definição de símbolos urbanos não implica que essa possa ser apreciada como uma ontologia humana regente da pesquisa, tampouco consideramos que solapa totalmente outras lógicas simultaneamente práticas e discursivas. Porém, um mercado-mundo (ou mundo-mercado) complexo e integrado, como ressaltado na ideia de *idades globais*, nos convida à consideração da importância das trocas de mercadorias nas definições dos símbolos citadinos. Mesmo que a sugestão acerca da não naturalização histórica da lógica de trocas de mercadorias retire-lhe o papel de verdade humana última, parece um tanto quanto irresponsável negar-lhe a eficiência na definição dos processos sociais dentro da cidade. A centralidade explicativa das relações de produção na compreensão da realidade social nos remete ao diálogo com o materialismo histórico, corrente que nos ajudará a problematizar o nosso objeto (seja em sua justa adaptação ou distanciamentos frente à realidade estudada).

¹¹ LACERDA, N. *Fragmentação e integração: movimentos de (re) estruturação espacial das metrópoles brasileiras*. In: RIBEIRO, A. C.T, LIMONAD, E. , GUSMÃO, P. P. *Desafios do planejamento: produção da metrópole e questões ambientais*, Rio de Janeiro, Letra Capital, 2012 p. 21-42.

Para sermos justos, cumpre indicar que o materialismo histórico marxista¹² não reconhece a forma de relações advindas da produção capitalista como ontologia humana inegociável. Esta equivaleria, na verdade, a um desenvolvimento histórico (necessário, é verdade) da ontologia marxista, a saber: a ideia de que o homem, ao produzir sua vida material em relação ao meio, o faz socialmente e altera os ulteriores meios de reprodução da vida e reafirma a história humana. Portanto, a ontologia marxista, que diferencia a humanidade por seu papel produtor, autoriza a plasticidade das formas de organização da produção no tempo. A crítica da economia política de Marx pauta-se na negação da naturalização operada por economistas (como Adam Smith¹³) de comportamentos sociais pautados em uma formação sócio-histórica particular. Segundo aquele autor, a compreensão da realidade social deveria pautar-se em critérios mais profundos, a saber: o “grau de desenvolvimento das forças produtivas e o estado das relações de produção: eis aí, desde já, os conceitos fundamentais de Marx” (ALTHUSSER, 1979). Mas, se a ontologia descrita assume formas objetivas variadas (mesmo que estas sejam passíveis de previsão científica), ela mesma talvez imponha uma rigidez compreensiva às realidades estudadas. Adotada irrestritamente, a teoria marxista demanda que os discursos que não se dirijam cientificamente às condições objetivas de produção devam ser considerados falaciosos ou alienantes, uma vez que as formas ideais seriam determinadas anteriormente pelas relações objetivas de produção. Marx salienta, no estudo *Para uma Crítica da Economia Política*, a antecedência que as forças objetivas de produção material (infraestrutura) detêm sobre as formas de consciência (superestrutura), nos seguintes termos:

“O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes.” (MARX, 1983)

¹² ENGELS, Friedrich & MARX, Karl *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977.

¹³ Há na economia clássica o conceito de que o homem é um ser racional que possui a habilidade de operar julgamentos em suas ações. Segundo tal concepção, o homem seria provido naturalmente de uma natural habilidade de agir em vista da maximização de seus lucros (SMITH, 1988).

Como um dos objetivos que circunda o trabalho é mapear alguns dos significados endêmicos à forma urbana do Plano Piloto, a teoria marxista da ideologia talvez pareça, à primeira vista, incongruente ao objeto que se pretende analisar. Neste percurso, dialogaremos com Louis de Althusser, filósofo marxista, que nos permitirá conferir à superestrutura ideal regimes de eficiência próprios. Exploraremos a interpretação althusseriana da ontologia da produção marxista mais à frente. Agora, descreveremos em linhas gerais o caminho que nosso texto irá percorrer.

A primeira parte do trabalho será uma breve *sociogênese*¹⁴ da forma urbana projetada para Brasília na qual sublinharemos duas fontes discursivas: a arquitetura modernista e um governo desenvolvimentista. Entenderemos a forma urbana adotada para a cidade de Brasília como uma proposta de transformação estrutural da sociedade, que (malgrado as descontinuidades da realidade objetiva da cidade em relação ao projeto) acaba por alterar formas mentais e comportamentos humanos e, reflexivamente, por estas é alterada. Buscaremos nas fontes discursivas selecionadas os arranjos sociais que permitem a emergência da forma urbana estudada e lhe conferem significados específicos. A escolha desta ferramenta metodológica talvez soe conflitante com uma discussão cujo personagem principal é a teoria materialista marxista. Não obstante, em primeiro lugar, a apropriação da acepção eliasina pode nos permitir discernir com mais acuro os antecedentes sociais que dão emergência a um modelo urbano que, em sua fase genética, se liga à ideia de ruptura¹⁵. O uso do conceito de referido também concorda com um posicionamento teórico-metodológico específico; este crente que a compreensão das realidades sociais não se exaure em explicações globalizadas ou de alcance transhistórico, mas demanda a exposição de forças históricas particulares (sejam estas estruturais ou psíquicas). Ao mesmo tempo, descartar definitivamente a existência de arranjos sociais de alcance global seria uma imprudência tremenda. Entretanto, a compreensão da realidade se complexifica e aprofunda com a consideração simultânea das esferas global e localizada. Afinal, mesmo a acepção de que o mundo pode ser compreendido a partir de universais teóricos necessita testar a validade de

¹⁴ ELIAS, Norbert *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes*. Vol.I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.

¹⁵ John Holston, em sua obra *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*, aponta a desfamiliarização causada pela forma urbana de Brasília. Em especial, no que se refere à extinção do conceito de *rua* na cidade. Também se destaca o papel histórico atribuído à cidade nos projetos de superação do subdesenvolvimento.

suas teorias em casos particulares.

A parte inicial, como afirmado anteriormente, buscará argumentar que duas fontes discursivas distintas podem frequentar simultaneamente uma mesma unidade física a despeito de se afirmarem como regimes diferenciados e unívocos de realidade. A divisão seguinte de nossa história, localizada entre os anos de 1987 e 1990, discute os destinos dos significados da prática arquitetônica modernista em face ao desenvolvimento da cidade. Essa seção abordará o papel que a lógica monetária teve na ocupação espacial da cidade e seus efeitos nas narrativas atribuídas a uma forma de organizar o espaço. Pensamos, porém, que a investigação demanda primeiramente um passeio, mesmo que pouco aprofundado, por alguns dos ícones da sociologia urbana.

2.1 A cidade como categoria sociológica

Não há assunto tão velho que não possa ser dito algo de novo sobre ele.

Dostoievski

É comumente aceito na teoria sociológica que as cidades, tal como são concebidas atualmente, são fenômeno recentes. Ruben George Oliven afirma que “as cidades já existiam há milhares de anos, entretanto sua importância aumentou em dois períodos históricos mais recentes”¹⁶. O primeiro dos períodos referidos pelo autor equivale ao fim da idade média, reestruturação do sistema feudal e conseqüente emergência do capitalismo comercial. O segundo episódio, definido como Revolução Industrial, inicia-se no século XVIII e reputa-se a este período a consolidação do modo de produção capitalista. Observa-se desde já que a categoria cidade, perscrutada sob um prisma sociológico, não pode reduzir-se a um simples aglomerado de pessoas em determinado espaço. O alerta contra os perigos da redução morfológica ou física na definição da cidade não deve, entretanto, levar-nos na direção oposta: a de um reducionismo sociológico. Aceitar que a forma de organizar o espaço explica-se também (mas não somente) por determinantes simbólicas não equivale dizer que a dimensão física do espaço resulte em simples acessório. Como observaremos mais à frente, desde há muito os cientistas sociais discutem sobre as influências das morfologias espaciais sobre as mentalidades humanas.

¹⁶ OLIVEN, Ruben George *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 1988.

A cidade como variável dependente

Em nossa incursão panorâmica pela sociologia urbana reunimos neste mesmo tópico, de maneira temerária quiçá, dois dos maiores expoentes da sociologia dos fins do século XIX e começo do século passado: Max Weber e Karl Marx. A distância de aportes teóricos dos dois autores explicita-se claramente quando ambos tratam de um mesmo tema: a emergência do capitalismo. Para exemplificar, a sociologia de Weber com *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* é diametralmente oposta aos jovens escritos de Marx em *A Ideologia Alemã*. Entretanto, se os caminhos teóricos percorridos para a explicação do fenômeno capitalista são diferenciados, o peso explicativo que os autores atribuem à categoria cidade em suas sociologias parece permitir aproximações, mesmo que estas meramente tangenciais. Sem mais delongas, exploraremos de forma célere o papel da categoria cidade na obra dos dois autores.

Em consonância com o que anteriormente afirmamos, Max Weber assinala que as cidades não se resumem a aglomerados urbanos, mas são estas dependentes de certas circunstâncias sociais para se caracterizarem enquanto tal. Assevera que estas surgem somente no ocidente e em condições históricas específicas. “Para que isto ocorresse era preciso que houvesse estabelecimentos de caráter industrial-mercantil bastante pronunciado” (OLIVEN, 1988). Weber, portanto, dá primazia ao mercado como lógica que rege a vida urbana. A centralidade do mercado na definição das cidades weberianas é explicitada quando o autor vale-se de seu conceito de tipos ideais. A taxonomia traçada em seu ensaio *Dominação não legítima: A Tipologia das Cidades*¹⁷ leva grandemente em conta a função econômica das cidades modernas em sua classificação.

A despeito da centralidade adjudicada ao mercado em sua tipificação de cidade, o autor afirma que este não garante de modo onipotente a classificação de um espaço enquanto cidade; uma vez que toda cidade é um local de mercado, mas nem todo mercado é uma

¹⁷ WEBER, Max. *Dominação não legítima: A tipologia das Cidades* in: *Economia e Sociedade*. Vol. 2. Brasília, UNB, 2000.

cidade. Entrementes, para o celebrado escritor, a cidade seria uma pré-condição do capitalismo, na medida em que é necessária para a existência do mesmo. Porém, Weber afirma que a existência de estado-nacionais europeus e a economia internacional vetam a apreciação das cidades como categorias sociológicas autossuficientes, pois as lógicas econômicas e políticas sobredeterminariam as experiências sociais citadinas. Para o autor, a cidade é o berço do capitalismo, porém este, enquanto lógica que governa a ação, a supera em seu desenvolvimento histórico. Interpretamos, assim, que Weber não admite a existência de uma sociologia urbana por excelência, uma vez que as bases lógicas das experiências vividas nas cidades não poderiam ser atribuídas imediatamente aos perímetros urbanos.

Karl Marx, por sua vez, indica que “uma economia urbana requer um processo prévio de divisão do trabalho”¹⁸. Segundo esse autor, um dos fundamentos na divisão do trabalho baseada em trocas de mercadorias pauta-se inicialmente na distinção entre cidade e campo. Afirma-se que a cidade é o espaço onde os vínculos de trabalho se diferenciam daqueles vividos no feudalismo, estes baseados em estamentos nos quais as posições superiores hierarquicamente definiam-se pela posse da terra. Com o fim do feudalismo, os homens outrora servos são convertidos em homens livres sem meios de produção e vendem sua força de trabalho aos capitalistas. Estes ocupantes hierarquicamente superiores têm suas posições determinadas por sua riqueza monetária (e detenção dos meios de produção), em oposição aos títulos de nobreza e posse de terra que geriam a lógica hierárquica feudal. A cidade, neste sentido, é um mercado que “contém a população exigida pelo aparelho produtivo e o exército de reserva que a burguesia requer [...]”. A centralidade da ideia de mercado capitalista parece admitir, assim, duas dimensões na teoria marxista (estas duas regidas pelo sistema de acumulação capitalista). A cidade seria um espaço de mercados na medida em que produz e circula bens e dinheiro, mas também seria um mercado de trabalho, onde a classe despossuída vende sua força de trabalho. É importante realçar mais uma vez, que o autor acredita que a unidade social analítica mais profunda é o conjunto das relações de produção, que determinariam anteriormente a esfera da consciência humana.

A reunião de duas correntes teóricas tão divergentes justifica-se pelo fato de os dois atores caracterizarem a cidade como o espaço do mercado por excelência. Em outras palavras, a cidade não poderia ser compreendida a partir de sua realidade singular. Essa, se estudada em

¹⁸ MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política VI.I*. 23ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

sua evolução ou surgimento, demandaria sua classificação como componente de um todo mais abrangente, logo a sua compreensão deveria especificar as forças históricas que lhe dão existência (como as econômicas). Em outras palavras, entendemos que para ambos os autores a cidade, enquanto categoria sociológica isolada, possui poder explicativo limitado e não pode ser considerada como fundamento último da análise de comportamentos sociais no contexto urbano. Neste toante, nos filiaremos aos autores, mesmo que nosso objeto de análise se restrinja a uma forma urbana dentre muitas na cidade, e uma cidade entre muitas no mundo. Entretanto, as categorias macrosociológicas nos auxiliarão na reconstrução da história da ereção da cidade de Brasília com tons diversos de uma mitologia heroica¹⁹, em especial, a apropriação dos escritos de Althusser nos fará revisitar a ontologia marxista da produção.

Georg Simmel e a Escola de Chicago: A cidade como categoria independente

Um olhar que se volte aos ícones da sociologia urbana, por mais superficial, não poderia negligenciar aquela que por muitos é considerada a matriarca da corrente de estudos da sociologia urbana: a Escola de Chicago. Georg Simmel é identificado como uma das grandes fontes de inspiração para a consolidação da referida escola, em especial através do artigo intitulado *A metrópole e a vida mental*²⁰. Neste artigo, Georg Simmel indica o século XVIII como marcante na tensão entre a emancipação individual humana e uma crescente dependência destes mesmos indivíduos (tecnicamente mais especializados) das perícias especializadas de outros indivíduos. O palco em que o autor traça sua análise são as metrópoles e busca nestas compreender a acomodação entre as *personalidades e forças externas*. O artigo diferencia então os efeitos mentais criados no indivíduo pela vida metropolitana, estes distintos daqueles gerados em uma vivência rural ou de cidade pequena. Simmel indica que a vida nas metrópoles intensifica enormemente os estímulos imagísticos aos quais os homens metropolitanos são submetidos e, contra o efeito de desenraizamento frente à sucessão frenéticas de imagens, cria a tendência ao intelectualismo.

Exalta-se no artigo a importância e intensidade que as trocas econômicas monetárias

¹⁹ Magalhães aponta que a discussão sobre a realidade urbana do Distrito Federal, em especial no que tange seus problemas sociais, revisita constantemente os projetos urbanísticos originais da cidade e seus heróis fundadores (DE MAGALHÃES, 1985).

²⁰ SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental” in VELHO, O. (org) “O fenômeno urbano”, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1979.

assumem nas metrópoles se comparadas com o meio rural ou nas cidades diminutas. As formas de trocas típicas nas metrópoles solapariam as peculiaridades dos objetos e personalidades em favor de um parâmetro racional monetário unívoco, que se opõe à consideração das individualidades em que se pautam as trocas em ambientes rurais ou em cidade pequenas. O intelectualismo citadino e a forma monetária de troca estariam, segundo Simmel, tão intimamente relacionados que tornariam espinhosa a tarefa de definir uma sucessão temporal entre esta e aquele.

Simmel, entretanto, não condena moralmente a forma mental das metrópoles; afirma que a agregação de uma multidão de personalidades e interesses diferenciados em um mesmo espaço, exige a formalização, exatidão e impessoalidade dos termos que regem as relações na cidade. Indica que a forma mental típica da cidade, calculista e exata, opõe-se (mesmo que esta forma mental não seja impossível em um homem metropolitano) a esquemas mentais que privilegiem as personalidades soberanas, cujas justificativas da ação pautam-se em disposições individuais genuínas e, portanto, irracionais (nos termos de uma convenção racional, como o tempo e o valor monetário).

O autor afirma, então, que se é certo que a metrópole criou uma estrutura mental altamente impessoal, esta mesma forma mental e de se relacionar tem como contraponto a emergência de uma *subjetividade altamente pessoal*. Neste ponto, Simmel tipifica a atitude dos indivíduos metropolitanos como *blasé*. A explicação de tal atitude desinteressada repousa, em parte, sobre o fato de a atitude monetária impessoal parametrizar todas as coisas e pessoas em um mesmo termo. A atitude também seria uma resposta fisiológica dos nervos frente à mudança e variedade de informação aos quais os indivíduos são submetidos nas metrópoles. Simmel assevera que a infinidade de informação objetivada nas cidades possibilitaria a extensão da vida mental individual ao seu ápice. Em contrapartida, intensificados os mesmos condicionantes, continua o autor, os nervos recusam a consideração de todos os estímulos aos quais são submetidos e resultam em uma aparente placidez e imperceptibilidade frente às mais plásticas informações as quais são submetidos os indivíduos metropolitanos. “O que aparece no estilo metropolitano de vida diretamente como dissociação na realidade é apenas uma de suas formas elementares de socialização” (SIMMEL, 1979).

Simmel indica, porém, que a mesma atitude de reserva dos indivíduos metropolitanos confere-lhes a possibilidade de liberdade individual em quantidade e qualidade sem precedentes. Afirma-se que grupos diminutos tanto na quantidade de indivíduos quanto na extensão espacial exaltam a identidade grupal e, desta forma, tornam exígua a possibilidade

de diferenciação individual. Apoiado em dados históricos, afirma que poderíamos identificar como lei geral a associação entre o crescimento dos grupos em quantidade e extensão territorial com o aumento da possibilidade de diferenciação individual. Entretanto, não é somente no aumento na quantidade de indivíduos e da extensão territorial que jaz o aumento da liberdade individual das metrópoles. Simmel aponta que a explicação deve considerar a influência que a metrópole assume na formação das mentalidades que vai muito além de seus limites físicos, há de se considerá-la como sede do cosmopolitismo. “A característica mais significativa da metrópole é essa extensão funcional para além de suas fronteiras físicas” (SIMMEL, 1979).

Por fim, Simmel afirma que a metrópole cria formas inéditas de independência individual e de elaboração da própria individualidade. O século XVIII, identificado como ponto marcante no surgimento das metrópoles, encontrou os indivíduos presos aos mais diversos constrangimentos de vínculos políticos, religiosos, corporativos, etc. Os indivíduos então clamam por sua liberdade de tais grilhões de modo que, livres, em todos os indivíduos se manifeste uma substância comum e já posta, que a história suprimiu com a formação de vínculos dos mais diversos. O autor afirma, desse modo, que, liberados dos vínculos históricos, os homens passam a exigir sua diferenciação e direito de genuinidade individual. Nas metrópoles, afirma Simmel, encontramos a arena para a disputa sobre a acomodação do papel do indivíduo na sociedade; nesta formação humana se acirram as tensões entre história geral da sociedade e história individual. O que mais interessa-nos no artigo do autor é a percepção de que a organização da cidade, não somente em suas relações de trocas econômicas, mas em sua própria morfologia tem privilégio na explicação de comportamentos sociais. A prevalência do espaço urbano como unidade de análise central no artigo de Simmel reverberará claramente nos escritos da Escola de Chicago.

Robert Ezra Park, um dos representantes mais destacados da escola referida, foi aluno de Georg Simmel na Universidade de Heidelberg. Park estuda principalmente as patologias vividas nas cidades norte-americanas provenientes da grande imigração europeia no século XIX. A sociologia de tal autor busca descrever instituições e pessoas da cidade através de suas relações de forças. O que interessa para esta breve recapitulação da sociologia urbana é o fato de autor considerar a cidade como uma categoria com necessária força explicativa para definir comportamentos sociais. Park considera que a cidade possa ser entendida como um todo orgânico composto de partes diferenciadas²¹. A cidade, em outras palavras, aparece

como unidade de análise básica que funda percepções acerca de processos sociais. A abordagem do autor é comumente associada à ideia de ecologia humana²². Esta acepção implica que o meio ambiente no qual vive o homem, inseparavelmente físico e social, tem influências sobre as suas formações mentais e mesmo sobre a saúde fisiológica. Esta definição da ecologia humana autorizaria Robert Ezra Park a adotar a dimensão espacial como unidade analítica privilegia na definição de comportamentos humanos; o autor considera o espaço urbano como seu laboratório de análises.

Outro autor eminente da Escola de Chicago e influenciado por Georg Simmel é Louis Wirth. O autor também coaduna com ideia de que as malhas urbanas, tanto por sua morfologia espacial quanto ao tipo de relações aí praticadas, tem a potência influenciar formas mentais específicas. Wirth afirma que os elementos fundamentais de definição de uma cidade são: o tamanho, densidade, permanência e heterogeneidade. Este afirma que “quanto mais densamente habitada, mais heterogênea for a comunidade, tanto mais acentuadas serão as características do urbanismo”²³. Em sinergia à ideia de cidade enquanto variável sociológica independente (uma unidade de análise autossuficiente), o autor acredita que as cidades, *per se*, propiciaria uma forma de cultura, psicologia e relações peculiares a seus habitantes. Louis Wirth também se afina com Georg Simmel na afirmação de que, na observação das relações travadas nas cidades, observa-se um duplo efeito: de um lado, integrador (pelas relações parametrizadas pelas lógicas monetária e temporal travadas na cidade, que, ademais, é considerada como uma unidade orgânica); de outro, desintegrador (o mesmo efeito que permitiria a formalização das relações entre os grandes números de habitantes da cidade solaparia subjetividades idiossincráticas nessas mesmas relações). Implicando sorrateiramente uma visão nostálgica da vida campesina, o autor vale-se do conceito durkheimiano de *anomia*²⁴ e atribui à morfologia urbana e as formas de relações que daí decorrem as responsabilidades pelas mazelas sociais que ocorrem em sua sociedade.

A contribuição dos autores citados nesta seção encerra-se na abertura da possibilidade de estudos dos efeitos sociais causados por espaços físicos. A cidade de Brasília certamente

²¹ Park, Robert Ezra: *A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano* in Velho, Otávio (org.) *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Edit. 1979.

²² Fonte :<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ecologia_humana> Acessado em: 14/11/2013.

²³ WIRTH, Louis. *O urbanismo como modo de vida*. In: VELHO, Otávio (org.) *O Fenômeno Urbano*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1979 .

²⁴ O termo indica que algo na sociedade não funciona de forma harmônica e se relaciona com os termos da *solidariedade social*. DURKHEIM, Émile. *O Suicídio*. Queluz de Baixo, Editorial Presença, 2001.

enseja pesquisas nesta direção, uma vez que a arquitetura modernista de uma região da cidade possui características morfológicas bastante peculiares. John Holston, em sua célebre pesquisa antropológica voltada à cidade, demonstra como o modelo urbano da cidade influi sobre as subjetividades locais. Inclusive, faz o resgate histórico do termo *brasilite* (HOLSTON, 1993), que indica a influência da morfologia do espaço urbano sobre a subjetividade humana. Creditamos proficuidade a estudos deste gênero, que revelam, entre outros aspectos, a riqueza simbólica endêmica que se articula a cada morfologia espacial particular.

Cientes das lacunas que se interpõem ao trabalho aqui realizado, pela desconsideração das influências do espaço urbano sobre as mentalidades, não iremos, entretanto, focar-nos neste aspecto particular da investigação. Nosso aporte empírico se pautará em narrativas (parciais) produzidas na cidade de Brasília, dentre as quais se destacam o plano traçado por Lúcio Costa na ocasião do concurso para escolha dos moldes urbanos da cidade e seu relatório *Brasília Revisitada*, produzido em 1987, e que medita sobre os rumos da organização urbana de Brasília anos depois de sua inauguração. A escolha do perfil do material empírico certamente coloca questões referentes à validade de um discurso parcial em uma realidade que comporta conteúdos discursivos. Porém, à revelia da parcialidade já exposta, acreditamos que o material cumpre bem o papel a que se propõe: identificar a plasticidade de usos que se faz do modelo urbano ao longo da história da cidade. Ademais, a análise documental não tomará as narrativas analisadas como representações totalmente fidedignas da realidade estudada, mas como índices de realidade parciais que revelam, em suas entrelinhas, aspectos da realidade global.

Parte II

3.A cidade de Brasília

Essa beleza assustadora, esta cidade, traçada no ar:

Clarice Lispector

A capital federal do Brasil localiza-se no Planalto Central brasileiro e, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a cidade, a quarta mais populosa do Brasil, tinha população de 2.570.160 habitantes em 2010²⁵. O produto interno bruto *per capita* da cidade no mesmo ano era o mais alto do Brasil, no valor de R\$ 58489²⁶, segundo a CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal). Pautando-se em tal indicador, a cidade coloca-se em situação vantajosa se comparada com as demais cidades brasileiras e mesmo latino-americanas. Ainda de acordo como dados da companhia, a maior parte da riqueza na cidade é produzida por sua função original: a administração pública.

Os dados econômicos encorajadores escondem, a bem da verdade, gritantes desigualdades socioeconômicas e de suprimento de serviços urbanos que assolam o Distrito Federal. Autores como Amartya Sen²⁷ já alertam sobre as perversidades que se furtam por trás de indicadores socioeconômicos pouco precisos e humanos. A cidade de Brasília, depois de pouco mais de 50 anos de existência, potencializaria a estratificação espacial pautada na renda com uma lógica paradoxal, na qual o rígido controle da ocupação das terras pelo Estado dialoga constantemente com formas descontroladas de apropriação do espaço (NUNES, 2003). Estudos sobre as estratégias de ocupação do espaço da área do Distrito Federal comumente associam renda com estratégias de apropriação espacial. Nunes e Costa²⁸ apontam que a RA (Região

²⁵ IBGE. Disponível em :
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=530010&search=distrito-federal|brasilia>>
Acessado em 03/11/2013

²⁶ CODEPLAN. *Distrito Federal em Síntese: Informações Socioeconômicas e Geográficas – 2012*. Brasília, 2013

²⁷ SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Administrativa) de Brasília, na qual se objetivam os planos urbanos oficiais da cidade, seria marcada por uma homogeneização socioeconômica e controle estatal na ocupação do espaço, enquanto as demais RAs apresentam as características de uma ocupação descontrolada do espaço e heterogeneidade socioeconômica. Os autores observam que a região do Distrito Federal, concebida enquanto unidade, carece de homogeneidade tanto socioeconômica quanto no que se refere às estratégias de ocupação espacial.

A sociologia urbana brasiliense aponta, portanto, que a forma de ocupação da RA de Brasília, que engloba o bairro do Plano Piloto, não é unívoca dentro da cidade. Frederico Diniz²⁹, na tentativa de identificar a narrativa comum dentro da cidade, cogita, porém, que os símbolos produzidos acerca da forma urbana referida constituem-se em *marco cognitivo* da cidade. Saliencia ainda que “o espaço urbano da metrópole é (grifo meu) atravessado pela prevalência de uma narrativa formada predominantemente em torno de rotinas e protocolos condensados na região planejada”. (Diniz, 2013). Uma narrativa unitária das cidades, textualmente pelo menos, solaparia as diversas formas de representá-la em favor de uma parcialidade soberana. Esta apropriação da definição unitária de cidade por uma forma particular implica questões acerca das tensões entre uma realidade múltipla regida por um discurso hegemônico.

Uma das abordagens usuais para a tensão entre diferenciação objetiva e unidade simbólica assenta-se no conceito de *ideologia*. Segundo a acepção de Karl Marx, as ideias resultam da organização das forças produtivas. O trabalho socialmente produzido na *infraestrutura* seria apropriado por classes específicas da sociedade que produziria uma *ideologia*, uma percepção de realidade que esconderia da classe desprivilegiada os reais termos de sua dominação material (*alienação*)³⁰. A centralidade das imagens do Plano Piloto na constituição da narrativa hegemônica da cidade poderia ser entendida, assim, como determinada em primeira instância pelas relações desiguais das classes na

²⁸ COSTA, Arthur. NUNES, Brasilmar F. *Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social in Caderno Metrópoles n°17, 2007.*

²⁹ DINIZ, Frederico V. T. *A Brasília, as Brasília: localizando a narrativa "comum" nos usos da cidade.* Tese defendida no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília para a obtenção do título de mestre. Brasília, 2013

³⁰ ENGELS, Friedrich & MARX, Karl *A Ideologia Alemã.* São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977

distribuição do trabalho social. Entretanto, a consideração da centralidade das relações de produção nas definições de imagens da cidade, não haveria, segundo nossa concepção, de negar a existência objetiva de tais imagens.

A leitura de Louis Althusser da *ideologia* marxista considera que o termo, analiticamente, não pode ser considerado como simples acessório dotado de pouca realidade (Althusser, 1979). Segundo esse autor, a teoria marxista postula que as formações superestruturais, mesmo que determinadas em última instância pela infraestrutura da sociedade, têm conteúdos formais e eficiências próprias. Althusser pontua ainda que a acepção de *ideologia* não se liga necessariamente a formas de embustes ideais que encobrem as relações de dominação entre classes; a superestrutura ideal cumpre o papel de dar coesão à realidade social.

A sociogênese empreendida na seguinte seção deste capítulo considerará a narrativa modernista e a político-desenvolvimentista como formações ideais que, provenientes de estruturas sociais específicas, apresentam índices simbólicos também diferenciados. Segundo Louis Althusser, as formações ideais “originam-se das relações de produção que são, com efeito, um dos termos da contradição, mas ao mesmo tempo sua condição de existência; superestruturas, instâncias que dela derivam, mas que tem consistência e eficácia própria” (Althusser, 1979). Desta maneira, temos, de um lado, a determinação em última instância pelo modo de produção; do outro, a autonomia relativas das superestruturas e sua eficácia específica. Com isso, buscaremos demonstrar a polissemia admitida em um mesmo objeto social.

Porém, se buscamos exaltar a dimensão simbolicamente centrífuga de nosso objeto social (de uma forma física considerada unitária surgem diversos significados), a história da gênese da forma urbano-arquitetônica – na qual narrativas político-desenvolvimentistas e o modernismo arquitetônico se conjugam para a construção de um mesmo objeto – leva-nos a meditar sobre a dimensão centrípeta de nosso objeto, que agrega as duas narrativas diversas em um mesmo contínuo arquitetônico. A questão daí decorrente diz respeito à comunicação entre ordens narrativas diferenciadas na construção de um mesmo objeto. Para tal tarefa, nos valeremos do conceito de *prática*, também elaborado por Althusser quando este se debruça sobre a teoria marxista. Segundo esta acepção, as práticas seriam “todo processo de transformação de uma matéria-prima determinada, transformação esta efetuada por um dado trabalho humano

que utiliza os meios ('de produção') determinados" (ALTHUSSER, 1979). Trigueiro, em sua leitura do conceito althusseriano de *prática*, afirma que:

“Numa formação social concreta, pode-se distinguir, teoricamente, um conjunto de práticas, em que a ‘a prática social’ funcionaria como sua unidade. [...] Assim não há prática em geral, mas práticas determinadas e singulares: a prática econômica, a prática política, a prática ideológica, a prática teórica (científica e filosófica). Cada prática é um sistema relativamente autônomo[.]” (TRIGUEIRO, 1985).

As práticas, dotadas de uma relativa autonomia, são engajadas em articulações que transformam sucessivamente as matérias-primas que encontram constituindo uma *unidade complexa* (TRIGUEIRO, 1985) de realidade. Nesta *unidade complexa*, as práticas diferenciadas estabeleceriam relações hierárquicas entre si na conformação de uma realidade social. A realidade não existe essencialmente, mas é definida pelo estado das relações entre as distintas práticas.

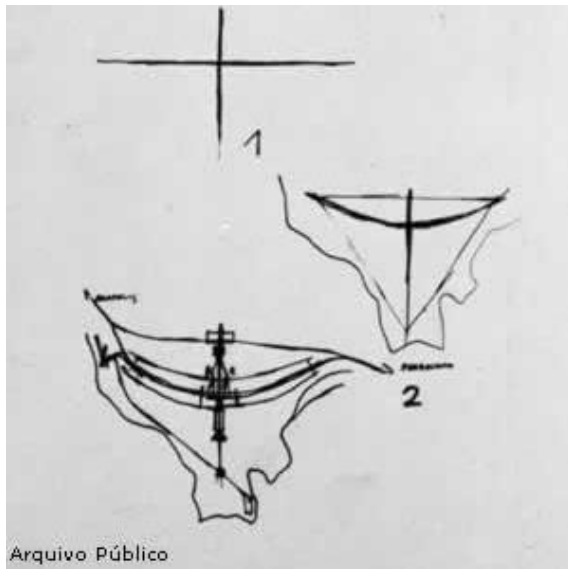
As práticas localizadas se diferenciam não somente pela matéria-prima sobre a qual operam a sua transformação através do trabalho, mas também a partir de sistemas de eficiência diferenciados para a execução da produção. Realizada a transformação, o produto desta se converte em matéria-prima disponível para ulteriores transformações. Esta retroalimentação da matéria-prima sobre a qual incidem as práticas coaduna com a ideia marxista de que as fundações da história encontram-se na produção social através da categoria trabalho. Também é importante ressaltar que, para o autor, as práticas não se apresentam puras no mundo empírico, mas estão sempre inter-relacionadas com outras práticas que, reflexivamente, são condicionantes e condicionadas.

O trabalho entenderá, de maneira fugaz, que a narrativa modernista arquitetônica é uma prática na medida em que opera transformações no espaço físico através de um sistema de transformação unívoco. Também se compõe esta prática (não sendo uma prática cujo sistema de transformação se destine unicamente ao molde físico, o que evidencia o aspecto “impuro” das práticas) de um sistema de transformação que atribui aos espaços físicos caracteres que são peculiares ao seu sistema de funcionamento. Em outras palavras, a prática da arquitetura modernista transforma o espaço físico a partir de um sistema particular, e tal lógica de transformação física também se converte em produto da prática na medida em que dota o elemento físico produzido de caracteres particulares. A prática arquitetônica modernista, por exemplo, constrói um prédio, mas dentro de sua prática específica também há transformação

teórica de espaços físicos, quando esta, por exemplo, atribui à organização das cidades europeias do século XX valores arquitetônicos negativos.

Empreenderemos, agora, uma sociogênese do modelo urbano estudado. Nossa seleção, dentro de um leque imenso de possibilidade, elencará duas fontes discursivas como práticas: A política desenvolvimentista e o modernismo arquitetônico. Na primeira destas, observaremos uma íntima ligação com a uma forma específica de prática econômica. Mas o que interessa sobremaneira no capítulo que se segue é a associação de determinada prática política com uma também particular prática arquitetônica na conformação de uma realidade urbana.

3.1 A sociogênese da forma urbana



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal

Chama a atenção o fato de a jovem cidade ter sua construção em uma região anteriormente pouco habitada, sob a tutela de um controle formal da ocupação espaço representada pelo Estado (HOLSTON, 1993). Tão ambicioso projeto demandou vultosos capitais financeiros e uma força política centralizada (mesmo que óbvio, parece importante salientar que a função primordial da capital da nação é abrigar o funcionalismo público federal). A forma urbana arquitetônica pretendida para a cidade e, em certa medida realizada, chama a atenção por sua peculiaridade. Segundo John Holston em seu livro *A cidade Modernista Brasília* “faz o viajante confrontar-se com a

separação entre a Brasília modernista e o Brasil de todos os dias [...]” (HOLSTON, 1993). A cidade, em cujos antecedentes históricos se conjugam uma política desenvolvimentista e uma arquitetura modernista, é inaugurada pelo presidente Juscelino Kubistchek em 21 de Abril de 1960. A capital, na qual o desenho urbano é traçado por Lúcio Costa (ganhador do concurso para definir as diretrizes formais de cidade), carrega em sua origem a função de capitanear um novo momento da história brasileira e liderar o país rumo ao desenvolvimento econômico. A cidade teria simultaneamente o papel de agente catalizador da superação do subdesenvolvimento do país e de integração nacional, constituindo-se como meta-síntese do plano de metas do governo Juscelino Kubistchek, como demonstraremos mais à frente. Brasília nasceria, portanto, como agente civilizador da sociedade brasileira.

A inauguração de uma nova era da realidade brasileira demandava uma ruptura com o passado subdesenvolvido da sociedade brasileira. Uma das objetivações deste ideal é representada pela forma urbana traçada para a futura capital. A organização urbana da cidade de Brasília rompe com os tradicionais critérios de organização espacial brasileiro e cria uma cidade *desfamiliarizada* (HOLSTON, 1993). É certo, entretanto, que os significados dados pelos arquitetos que concebem a cidade à organização urbana, cuja figura icônica é Lúcio Costa, é distinta daquelas conferidas pelo governo de Juscelino Kubistchek, o que evidenciaria a incomensurabilidade relativa das práticas. Apresenta-se, portanto, a necessidade de descrever as diferenças simbólicas atribuídas ao modelo urbano por uma política desenvolvimentista, de um lado; do outro, uma arquitetura modernista.

O futuro político desenvolvimentista

A.1 A influência “cepalina”

Segundo Nunes (2003), os estudos dos antecedentes que permitem a emergência da cidade de Brasília remetem a um contexto no qual a sociedade nacional vive um processo de urbanização ligada à emergência da indústria nacional. A industrialização brasileira só ocorreria tardiamente, se comparada aos países da Europa ocidental e América do Norte. A indústria nacional data do início do século XX e só viria a se consolidar apenas na década de 30, concentrada principalmente no sudeste brasileiro e

identificada como um das causas do grande fluxo migratório inter-regional estabelecido então. O surgimento de uma indústria nacional traz a reboque a formação de uma classe social industrial com significativa potência econômica. Tais industriais pressionariam o Estado a acomodar seus interesses particulares. Louis Althusser, afirmaria talvez, que os ideais políticos refletidos a partir da década de cinquenta no Brasil podem ser entendidos como a apropriação dos *aparelhos ideológicos do Estado* por uma classe particular na sociedade³¹. A tese do autor talvez seja comprovada pelo fato de que, como observaremos mais à frente, a agenda de um desenvolvimento capitalista tem grande centralidade no discurso desenvolvimentista na gênese da cidade Brasília. Também apoiados no autor, poderíamos observar, empiricamente, como as *práticas* econômicas e política se relacionam intimamente na transformação discursiva das premissas necessárias à modernização de uma nação.

“Precisam os industriais e homens de negócio da grande nação do continente de se convencer de que as relações com o Brasil já não devem ser colocadas no plano do export-import, mas que somos país que tem de produzir matérias-primas e transformá-las, enriquecê-las aqui mesmo, embora devamos exportar também essas matérias-primas — pois que necessitamos, por nossa vez, de importar também o que não existe ou não foi ainda encontrado em nossa terra. O que desejo repetir com clareza é que os nossos amigos e antigos aliados nos devem considerar como país em acelerada viagem para a industrialização”³²

No cenário que se desenha, o Estado apareceria como gestor de uma transição tardia a um capitalismo industrial. Tal percepção revelada na história política brasileira não é, porém, autóctone, mas influenciada pelas recomendações de um órgão da Organização das Nações Unidas denominado CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe). Este órgão, fundado em 1948, se propõe ao pensamento da realidade latino-americana a fim de colocá-la nos trilhos do desenvolvimento econômico experimentado por alguns países europeus e EUA. O órgão atribui o subdesenvolvimento econômico (no caso, as mazelas sociais seriam consequências diretas do estado da economia) percebido na América Latina à divisão internacional do trabalho. De acordo com os relatórios do CEPAL³³, o papel dos países latino-

³¹ ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983. Segundo este autor, a classe dominante faz valer sua dominação através da ideologia. Esta ideologia, que fundamenta a dominação de uma classe alienando a classe dominada, seria operada através do *aparelho ideológico do Estado*, um corpo de instituições que fundamenta a dominação, como a instituição escolar.

³² Discurso proferido na Associação Comercial de Santos em 28 de Janeiro de 1957.

americanos na divisão do trabalho seria a produção de matéria prima para os países desenvolvidos que, por sua vez, forneceriam aos primeiros países produtos manufaturados com significativo acréscimo de valor. Nesta relação de trocas internacionais, os países subdesenvolvidos sempre estariam defasados economicamente; eis a justificativa cepalina para a realidade pouco moderna experimentada pelos países de terceiro mundo. O órgão indica então que a superação do atraso econômico passa pela industrialização de tais países. Neste processo, sob uma clara influência keynesiana³⁴, os estados-nacionais cumpririam o papel de gestores do desenvolvimento industrial. A análise da realidade e os termos de sua superação produzidos pelo CEPAL, como procuraremos argumentar mais adiante, marcam profundamente os signos que o governo desenvolvimentista atribui à forma urbana da cidade inicialmente.

As recomendações cepalinas poderiam ser entendidas como práticas teóricas que, dado o estado econômico objetivo da economia global (percebido em relações desiguais), transformaria conceitualmente as realidades latino-americanos sob o signo do atraso e, simultaneamente, dotaria o mundo de uma existência linear. Não argumentamos com isso que a percepção conceitual da linearidade histórica decorra diretamente CEPAL. Poderemos observar mais à frente que a arquitetura modernista, a despeito das diferenças das matérias-primas e dos sistemas de transformação, também se vale de conceitos racionalistas que, enquanto tais, teriam aplicação global, mas desconsiderariam a validade de práticas endêmicas a contextos sociais específicos na transformação social. Este fato suscita, primeiramente, a compreensão de que o estado das relações entre as práticas pode ser refletido em semelhanças nas estruturas de transformação. Em segundo lugar, a negação da potência transformadora advinda de contextos sociais particulares evidencia a hierarquia que se estabelece entre sistemas de transformação.

Cumpra agora salientar que, atualmente, as teorias da modernização, na qual se encaixam as prescrições do órgão sobre o qual debatemos, são consideradas pelas ciências sociais dotadas de pouca pertinência cognitiva por sua reduzida elasticidade ao

³³ARAÚJO, Daniel T. da C. *Structural change for equality: an integrated approach to development*. In: *Conjuntura Internacional* vl. 9 n° 5. Belo Horizonte, 2012

³⁴ O keynesianismo é definido como “Modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, com a qual não se atinge totalmente a autonomia da empresa privada, e que prega a adoção, no todo ou em parte, das políticas sugeridas na principal obra de Keynes [...]”. SANDRONI, Paulo (org.). *Novíssimo dicionário de Economia*. São Paulo, Editora Best Seller, 1990.

lidar com realidades sócio-históricas particulares, o que poderia implicar em uma reacomodação dos sistemas de transformação teóricas no sentido de mudança do perfil da matéria-prima sobre a qual incide. Ruben Oliven indica que uma teoria da modernização “postula um modelo linear de mudança social e evolução” (OLIVEN, 1988). A ideia de uma evolução linear das sociedades rumo à modernidade alcançada por alguns iguala as sociedades em uma mesma categoria dotada e níveis distintos e, assim, retira-lhes suas peculiaridades culturais e históricas. Hoje, as teses da modernização são consideradas por demais rígidas para tratar de realidades históricas particulares, mas não há de se negar que elementos desta lógica compõem alguns dos símbolos genéticos da cidade, como veremos adiante.

A.2. A Brasília de Juscelino: síntese do desenvolvimentismo



Juscelino Kubistchek e Oscar Niemeyer. Fonte: Jean Mazon. Cepar Consultoria

“Brasília aparece como proposta individual de um candidato eleito a partir de um programa de governo caracterizado por proposta de modernização da estrutura econômica” (NUNES, 2003). A mudança da capital para Brasília vem carregada de um otimismo em relação ao futuro da nação por parte de seus heróis criadores, como Juscelino Kubistchek, e acaba por reverberar sobre o imaginário nacional. O Jornal do Brasil publica com tons entusiastas em 21 de abril de 1960:

“A mudança do Governo para Brasília representa hoje mais do que a simples mudança da capital: é a realização de uma ideia sobre a qual se assentou a maior parte das esperanças de uma nova configuração econômica, social e política do Brasil. E Brasília, gerada pela vontade e a força da ideia, é o símbolo dessa esperança. Por ela, tudo se deu e nada há de ser negado. Dela vem a indagação que, no fundo cada qual parece estar fazendo mudamente a todos: o que será Brasília no amanhã brasileiro?”³⁵

Na campanha eleitoral de 1955, Juscelino Kubistchek estabelece um *plano de metas*³⁶ para o desenvolvimento nacional distribuído em seis agrupados de categorias: indústria; energia; transporte; alimentação; educação e a construção de Brasília. A última categoria se constituiria em meta síntese das demais categorias, tanto em sua função carismática quanto como elemento objetivo de integração nacional de uma sociedade em crescente industrialização. O então presidente, em seu discurso na solenidade de inauguração da cidade de Brasília proclama:

“No programa de metas do meu Governo, a construção da nova Capital representou o estabelecimento de um núcleo, em torno do qual se vão processar inúmeras realizações outras, que ninguém negará fecundas em consequências benéficas para a unidade e a prosperidade do País”³⁷.

O governo de Juscelino Kubistchek dá início à sua gestão em um momento em que o país vive um tempo de espantoso crescimento econômico devido ao crescimento industrial (com especial ênfase aos setores energéticos e de transportes) e expansão do consumo de bens manufaturados³⁸. Neste clima de otimismo financeiro e alta intervenção do Estado na economia industrial, o audacioso plano de metas de Juscelino afirma que pretende que o país viva nos cinco anos de sua gestão um desenvolvimento compatível a cinquenta anos. Brasília aparece então como ponto estratégico nos planos de desenvolvimento nacional, não somente como imagem carismática, mas também

³⁵ Disponível em: < <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=20725> > Acessado em 07/11/2013

³⁶ DE BENEVIDES, M.V.. *O governo Kubistchek. Desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

³⁷ Disponível em:< http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=discurso-de-jk-na-inauguracao-de-brasilia-1960 > Acessado em 20/11/2013 .

³⁸ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasi 32ªedição*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2005.

como centro integrador nacional. A vocação para acelerar a história da nação atribuída pela corrente desenvolvimentista observa-se em diversas declarações de Juscelino, como, por exemplo:

“Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã o do meu país e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.”³⁹

Nos discursos de Kubistchek, podemos notar que a cidade de Brasília é considerada como um agente histórico que haveria de romper com o subdesenvolvimento nacional e dirigir a nação rumo à modernidade. É muito importante ressaltar, entretanto, que o peso histórico dado à fundação da cidade de Brasília não implicava, pelo menos para a política desenvolvimentista, em ruptura do modelo capitalista de produção. A fundação da cidade que, que nasce sobre o signo de um espaço descolado das tradicionais relações sociais brasileiras que dão os germes ao subdesenvolvimento nacional, cumpriria a função de acelerar a história nacional rumo a estágios desenvolvidos do capitalismo, bem ao estilo cepalino. Pensamos que essa constatação não implica necessariamente, porém, que as eficiências específicas das *práticas* econômico-industriais e políticas sejam completamente simétricas. Entendemos, contudo, que a prática econômica, pertencente a uma posição hierárquica destacada na unidade das práticas, influencia a prática política na produção da imagem da construção da capital. A justificativa da seleção de Brasília como meta-síntese de seu governo indica a íntima relação da prática política com os ditames da economia capitalista:

"Escolhi Brasília como ponto alto do meu governo porque estou convencido de que a nova capital representou um marco. Depois de sua construção ninguém poderia duvidar de nossas indústrias ou da capacidade do trabalho brasileiro. Brasília deixou atrás de si uma nova era de autoconfiança e otimismo."⁴⁰

³⁹Disponível em: <<http://www.memorialjk.com.br>> . Acessado em 14/11/20013.

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.memorialjk.com.br>> . Acessado em 14/11/20013

A cidade de Brasília também cumpriria o papel de agente civilizador do Planalto Central, “como prenunciadora de um desenvolvimento invertido, no qual a capital cria a civilização sobre a qual exerce uma radiosa soberania” (HOLSTON, 1993). Desta constatação de inversão histórica, poder-se-ia argumentar talvez que: se a imagem da cidade enquanto agente histórico considera os termos de subdesenvolvimento (típicos da história nacional) que deseja superar, estas mesmas conjunturas históricas haveriam de ser negadas na forma urbana da capital que anuncia novos tempos. Brasília seria uma maneira de reordenar a história nacional, de construir um novo Brasil a partir da integração do interior. O ato simbólico da fundação da cidade, ao prenciar uma nova era, entrevê que o funcionamento urbano estirpe as mazelas sociais típicas da sociedade brasileira a fim de dirigi-la a uma nova era. Paradoxalmente, a fundação de uma nova história brasileira seria operada por meio de uma negação objetiva (pela cidade) das próprias condições sócio-históricas sobre as quais pretende incidir. Deste fato bastante curioso, podemos implicar que o discurso fundante da cidade de Brasília busca dirigir a nação a um futuro glorioso a partir de uma negação do presente. Da negação histórica, podemos intuir que o governo desenvolvimentista transforma os produtos teóricos cepalinos, que nesta relação convertem-se em matéria prima, e os converte em uma política estatal, da qual um dos produtos é a construção da cidade de Brasília.

Buscou-se demonstrar nas passagens anteriores a vocação da cidade para a aceleração histórica do país rumo ao desenvolvimento econômico. Acreditamos que tal vocação sofre influências da teoria socioeconômica produzidas nos encontros do CEPAL. Ora, já afirmamos que o órgão indica que a modernidade pode ser alcançada por uma sequência pré-determinada e universal. Caso seguíssemos as ordenações lógicas que regem tais premissas, fica evidente que as condições objetivas apreendidas por categorias globais são anteriores causalmente de condições sócio-históricas endêmicas. Neste sentido, a criação da cidade de Brasília haveria de ser um dos passos objetivos rumo ao desenvolvimento capitalista e, devido ao peso causal superior das condições objetivas universais sobre as realidades históricas particulares, haveria de se converter em um centro de irradiação que extirparia as relações sociais informadas pelo subdesenvolvimento nacional.

Também buscamos evidenciar que o projeto desenvolvimentista encontrava-se intimamente ligado às condições objetivas de produção experimentadas pela economia nacional, que via surgir em sua realidade uma crescente indústria e os seus respectivos

interesses classistas. Este fato indica, utilizando termos cunhados por Althusser, a relação da prática política e econômica na conformação (ou transformação) simbólica de um objeto. Entretanto, resumir os índices discursivos desta associação de maneira imediata à prática econômica industrial retira o índice de realidade de seus alguns elementos singulares. A descrição dos antecedentes cepalinos do projeto político parece nos fornecer elementos discursivos convenientes para a descrição da atribuição da vocação desenvolvimentista da cidade, mas certamente não dão conta dos símbolos nacionalistas que informam uma ruptura com o passado. Poderíamos afirmar talvez que o papel de agente de ruptura histórica atribuído à cidade por J. Kubistchek constitui-se apenas em um ardil carismático próprio dos políticos e não uma percepção sincera de realidade. Porém, pensamos que a apreensão de que podemos tipificar uma lógica argumentativa própria da prática política já lhe garante uma vitalidade, em certa medida, irreduzível. Os índices (a matéria que produz e sobre a qual opera) da prática política parecem não retirar sua eficiência imediatamente das percepções econômicas cepalinas, uma vez que esta, como se buscou demonstrar anteriormente, pauta-se em uma lógica histórica linear. Sugerimos que a *prática* política, ao conjugar-se com a *prática* econômica nacional, formata um discurso com ares particulares.

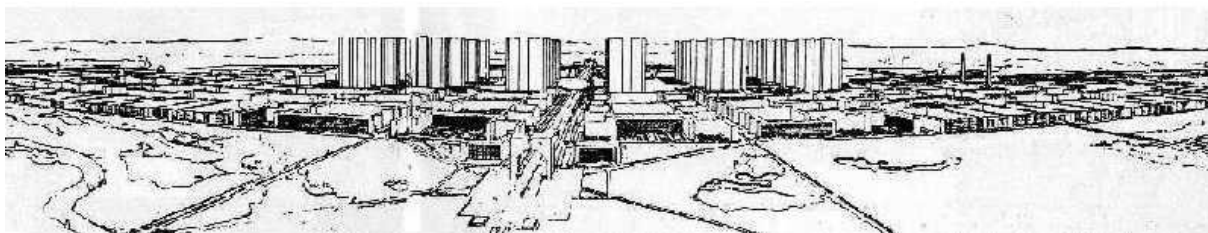
A eficiência própria da *prática* política deve ser buscada em uma narrativa de ideais que não se ligam imediatamente a condições objetivas de produção; vale-se de símbolos discursivos diversos: como a de povo, nação e futuro, como se observa na transcrição de uma declaração de Kubistchek: “Brasília é a manifestação inequívoca de fé na capacidade realizadora dos brasileiros, triunfo de espírito pioneiro, prova de confiança na grandeza deste país, ruptura completa com a rotina e o compromisso.”⁴¹

Por fim, tomaremos o índice discursivo da ruptura histórica com o passado (e não desenvolvimento linear) habitante do discurso político de Kubistchek como aspecto próprio à eficiência da prática política no momento estudado. A ferramenta de pensamento fornecida por Althusser (*prática*) permite-nos conferir uma vitalidade relativamente autônoma à narrativa política. Ademais, o índice discursivo que retiramos da política (a saber: entender a cidade como uma objetivação de uma ruptura histórica) nos auxiliará a conjugá-lo com outra narrativa que assume centralidade nos significados dados à cidade: a arquitetura modernista. Argumentaremos que o modernismo

⁴¹ Disponível em: <<http://www.memorialjk.com.br>> . Acessado em 17/11/20013

arquitetônico e a política desenvolvimentista se associam pela tangência que seus discursos estabelecem quando indicam o espaço urbano como agente histórico. Entrementes, argumentaremos que estes dois discursos, mesmo que conjugados, conferem potências de modificações históricas distintas à cidade de Brasília.

B.1 A arquitetura modernista do CIAM



Le Corbusier: A cidade contemporânea para 3 milhões de habitantes. ⁴²

As premissas arquitetônicas da cidade de Brasília, por mais que mitologicamente considerada em sua originalidade, conta, assim como todos os objetos sociais, de antecedentes sócio-históricos particulares. A arquitetura modernista projetada para a cidade, capitaneada por Lúcio Costa, é tributária dos CIAM (Congrès Internationaux d'Architecture Moderne). “De 1928 até meados da década de 1960, os CIAM constituíram o mais importante fórum internacional de debates arquitetônicos [...]” (HOLSTON, 1993). Segundo Nunes, os congressos referidos se dão em um momento em que o campo arquitetônico passa por um momento de ampliação de seus objetos, deixa de ser uma prática destinada apenas a objetos estéticos e dirige seu olhar para a organização urbana da cidade (NUNES, 2003). A arquitetura dos CIAM pretende-se uma solução universal para os problemas de habitação enfrentados no mundo, em especial àqueles referentes aos problemas de habitação enfrentados pelas cidades industrializadas. Segundo as premissas formuladas nos congressos, dos quais a *Carta de Atenas*⁴³ é a ilustração mais característica, grande parte das mazelas vividas nas cidades é proveniente da solução capitalista da sociedade privada. De acordo com

⁴² Disponível em: <<http://othaudoblog.blogspot.com.br/2012/07/uma-cidade-contemporanea-para-3-milhoes.html>> Acessado em: 21/11/2013

⁴³ *Carta de Atenas* - Assembleia do CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – 1933. Disponível em < <http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/legislacao/cartas/atenas.html>>

estes arquitetos, capitaneados por Le Corbusier, a estrutura urbana das cidades deveria deixar de ser governada por uma lógica que distingue o público do privado e submeter-se a um planejamento global em prol do interesse geral. Afirma-se que o planejamento urbano não deve ser gerido pelas determinações da propriedade privada, mas pertencer à municipalidade; qualquer semelhança com o projeto de Brasília não é mera coincidência. Neste ponto, já podemos perceber que, mesmo que seus membros afirmem o contrário, a arquitetura dos CIAM já carrega em suas entrelinhas a crítica e os termos de superação de um estado social específico. A arquitetura modernista, longe de ser a panaceia surgida no éter da racionalidade, pauta suas premissas em condições objetivas e é largamente condicionada por uma prática política específica, que atribui ao mundo contemporâneo caracteres conflituosos. Entretanto, o discurso oficial dos CIAM advoga que sua preocupação é puramente arquitetônica. Como evidencia este discurso de Le Corbusier:

“Devemos manter-nos ao corrente, pessoalmente, das formas urbanas que assume a atual evolução. Mas, peço-vos, não nos ocupemos aqui de política ou de sociologia. Esses dois fenômenos são demasiada e infinitamente complexos; existe também o aspecto econômico, e nós não estamos qualificados para discutir no Congresso esses árduos problemas. Repito, devemos permanecer arquitetos e urbanista, e, nesse terreno profissional, fazer conhecer a quem de direito as possibilidades e necessidades de ordem arquitetônica e urbanística”⁴⁴.

A despeito das declarações de Le Corbusier acerca da atemporalidade que deve ser e considerada na prática arquitetônica, a percepção de mazelas sociais na sociedade que se inscreve nos (e pelos) CIAM e a prescrição dos termos de sua superação já indicam o engajamento histórico que compõe a arquitetura modernista. Talvez pudéssemos identificar que a recomendação de da desconsideração dos “árduos problemas” revele a crença na autossuficiência da racionalidade arquitetônica modernista.

Interessante notar também é que os CIAM são altamente marcados pela ideia de determinismo ambiental. Segundo tal corrente, a arquitetura não seria mero acessório da vida social, mas sim um poderoso instrumento de transformação social. Alteradas as condições de vida na cidade, também se modificariam as formas de relações sociais. A relação entre arquitetura e sociedade seria concebida de maneira instrumental, de modo que os contextos sociais específicos são desconsiderados na atividade de transformação

⁴⁴ In: BENEVOLO, Leonardo . *História da arquitetura moderna*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1994

da sociedade em prol de um determinismo ambiental. A título de ilustração do argumento, informamos que A *Carta de Atenas* enumera as determinantes que incidem sobre as dimensões psicológica e coletiva do homem da seguinte maneira: primeiramente, se encontram as determinantes topográficas do ambiente; a seguir são consideradas as condições econômicas; em último lugar de importância aparecem as condições políticas.

É importante ainda destacar o aspecto racional que rege as premissas morfológicas que os CIAM traçam para suas cidades modernas. O racionalismo aplicado pela corrente arquitetônica pauta-se profundamente na ideia de funcionalidade. A acepção de funcionalidade indica que a cidade deve ser entendida como uma unidade que pode ser repartida em partes com funções específicas. Segundo a *Carta de Atenas*, a cidade deveria ser dividida em zonas distintas que corresponderiam às necessidades dos habitantes da cidade, que são definidos em: habitação, trabalho e repouso. Cada zona funcional da cidade deveria ser regida por uma legislação de ocupação espacial específica. A respeito da morfologia das edificações que comporiam a cidade moderna Le Corbusier estabelece cinco premissas arquitetônicas mestras: a planta livre; a fachada livre; pilotis; terraço-jardim e janelas sem-fitas. A influência de Le Corbusier nas edificações presentes na cidade Brasília se expõe quando, mesmo ignorantes em arquitetura, observamos enorme semelhança dos edifícios projetados pelo arquiteto com aqueles que existem na cidade de Brasília (ver Anexo I figuras 2 e 3). Voltando-nos agora mais detidamente ao aspecto da organização lógica que produzem os ícones materiais da corrente arquitetônica, devemos refletir, mesmo que de maneira brevíssima, sobre a dimensão racional que perfaz a arquitetura modernista.

A *prática* arquitetônica dos CIAM possui um sistema de transformações bastante específico. Como já observara Nunes valendo-se do conceito da de P. Bourideu de *campo*, a arquitetura urbanista no início do século XX não possuiria mais unicamente a função de produção de objetos estéticos, mas debruçaria sobre os problemas do contexto e transformações sociais. A ampliação do leque de matérias-primas sobre as quais a arquitetura modernista exercer seus sistemas de transformação poderia indicar uma nova conjugação com outras práticas sociais. Deste episódio contextualmente posicionado resulta interessante efeito. A arquitetura modernista, ao pretender a compreensão sobre as reais condições que determinam a vida humana, conjuga-se a um sistema de transformação teórico racionalista. O efeito de tal associação conjuntural de

práticas é que a arquitetura modernista abdique da consideração da potência transformadora de realidades sociais particulares em favor de um racionalismo universal em seu sistema particular de transformações. Com isto não queremos argumentar que a adoção ao racionalismo seria uma opção deliberada, tampouco que esta seja livremente condicionada por outras práticas. Acreditamos apreenderíamos melhor o objeto se entendêssemos o racionalismo (vale lembrar que as reuniões do CIAM se iniciam em 1928; são, portanto, contemporâneas do dito Círculo de Viena⁴⁵) como uma condição ambiental, ou matéria-prima, sobre a qual a prática arquitetônica se reproduz de maneira particular.

B.2. O projeto de Brasília de Lúcio Costa

Superquadras

na entrada

um quebra-molas e

uma banca de jornais

blocos, blocos, blocos

blocos, blocos, blocos

*blocos, blocos, blocos*⁴⁶

O Plano Piloto de Brasília foi projetado⁴⁷ por Lúcio Costa, o vencedor do concurso lançado pela NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil) para definir as diretrizes urbanísticas da nova capital. O projeto do urbanista

⁴⁵ “Círculo de Viena Associação fundada na década de 20 por um grupo de lógicos e filósofos da ciência, tendo por objetivo fundamental chegar a uma unificação do saber científico pela eliminação dos conceitos vazios de sentido e dos pseudoproblemas da metafísica e pelo emprego do famoso critério da verificabilidade que distingue a ciência da metafísica.” JAPIASSÚ, H., MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2001.

⁴⁶ BEHR, Nicolas. *Brasília Desvairada*.

⁴⁷ Ver Anexo I figuras 1.

segue as premissas arquitetônicas traçadas pelos CIAM. Para Holston, “Brasília é uma cidade dos CIAM. Na verdade, é o exemplo mais completo já construído da cidade das doutrinas arquitetônicas e urbanísticas dos CIAM” (HOLSTON 1993). A morfologia da cidade traçada por Lúcio Costa é, resumidamente, composta de duas vias rodoviárias que se cruzam (o Eixo Rodoviário, no sentido norte e sul, e o Eixo Monumental, no sentido leste e oeste). Ao longo do eixo rodoviário estão situadas as unidades de habitações coletivas denominadas superquadras, obedientes de uma premissa arquitetônica fixa e nas quais os serviços urbanos seriam supridos igualmente. A organização arquitetônica das superquadras ainda terminaria por alterar a estruturação das relações sociais hierárquicas.

Como afirmamos em passagens anteriores do texto, o que nos interessa mais especificamente no trabalho não é a influência da morfologia da cidade sobre as mentalidades humanas, mas o sentido de atribuição oposto: a transformação do objeto físico pelas mentalidades. Deste modo, a tarefa que se impõe é identificar algumas lógicas inerentes à arquitetura modernista na produção da forma urbana. Esta mensuração, porém, cumpre uma dupla função: de um lado, identificar os sistemas de transformação inerentes à arquitetura modernista; do outro, buscar os possíveis pontos de tangência entre a prática política desenvolvimentista e a prática arquitetônica modernista. Já adiantamos que, considerando a arquitetura modernista tributária do CIAM e a política desenvolvimentista relacionada com o CEPAL, ambas as lógicas apresentam um regime de eficiência que pauta-se em critérios racionalista. Agora, contudo, analisaremos dos sistemas de transformação específicos da arquitetura modernista. Imbuídos nesta tarefa, iremos explorar de forma mais cuidadosa dos signos presentes no projeto de cidade de Lúcio Costa.

Primeiramente, apontamos que a vocação histórica da cidade de Brasília ganha tons diversos na prática arquitetônica.

“[...]as quadras contíguas à rodovia serão naturalmente mais valorizadas que as quadras internas, o que permitirá as gradações próprias do regime vigente; contudo, o agrupamento delas, de quatro em quatro, propicia num certo grau a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação. E seja como for, as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito.”⁴⁸

⁴⁸ COSTA, Lucio. *Relatório do Plano Piloto*. Brasília, 1957.

A passagem transcrita do projeto de Brasília explicita, primeiramente, a crença de Lúcio Costa na potência socializante da arquitetura moderna. De acordo, com seu projeto, a estrutura urbana formalizada das superquadras neutralizaria através de sua morfologia as distinções sociais de acesso a serviços urbanos calcados na renda tão presentes nas demais cidades brasileiras. Nesta crença da força da morfologia urbana na determinação de relações, demonstra-se o grande pendor racionalista presente na narrativa modernista, segundo a qual, estabelecidas determinadas condições causais (no caso, formas urbanas), obtém-se o efeito social desejado. Como já afirmamos anteriormente, consideradas as diferenças em seus sistemas de transformações, tanto a prática arquitetônica modernista quanto a prática econômica desenvolvimentista produzem seus objetos a partir de uma lógica racionalista.

Ainda detidos na passagem transcrita, apontamos que Motta afirma que é fenômeno generalizado no Brasil a ligação entre capital econômico e *direito à cidade*⁴⁹. Afirma-se que, nas cidades brasileiras, as diferenças entre classes sociais informaria uma estratificação espacial, na qual os suprimentos de serviços urbanos também seriam diferenciados. Ademais, a estratificação espacial das classes sociais converteria o tipo e local de moradia em símbolos de pertencimento de classe. As condições simultaneamente morfológicas e sociais que os CIAM pretendem superar seriam calcadas, fundamentalmente, nas distinções operadas nas cidades pela propriedade privada. Lúcio Costa, com o modelo de superquadras, frente a essa matéria-prima específica, a transforma nos termos de sua superação. O modelo das superquadras residenciais, todas elas dotadas dos mesmos e serviços urbanos e com as morfologias dos edifícios parametrizadas, organizariam a cidade a partir da premissa da fruição coletiva e não diferenciada. Este ponto parece deixar transparecer que a vocação histórica da cidade produzida pela narrativa arquitetônica difere daquela gerida pela prática política. Enquanto o governo desenvolvimentista atribui à forma arquitetônica a potência de acelerar o desenvolvimento rumo às fases superiores do capitalismo, a prática arquitetônica modernista produz o mesmo objeto dotando-o de um pendor para a ruptura com um modelo de diferenciação classista. Aqui, além de observarmos que a

⁴⁹ MOTTA, Luana Dias. *A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e direitos à cidade*. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf> Acessado em: 07/10/2013

prática modernista se debruça sobre uma matéria prima historicamente determinada, também nota-se a existência relativamente autônoma das práticas que analisamos.

Outra observação, entre muitas possíveis que selecionamos para destacar é a “desistoricização”, e conseqüente universalização, que implica a retórica do projeto de Lúcio Costa. Segundo o urbanista, ele “não pretendia competir e, na verdade, não concorro – apenas me desvencilho de uma solução possível, que não foi procurada, mas surgiu, por assim dizer, já pronta” (COSTA, 1957). Ora, a afirmação de que a ideia tem vida própria implica que as suas formas não resultam de um contexto específico ou a uma subjetividade parcial, mas tem apelo universal. Os termos “técnica milenar dos terraplenos” indicam que a arquitetura modernista significa que seus produtos tenham validade universal, tanto no contexto brasileiro quanto em civilizações “milenares”. A percepção anterior é corroborada pelo primeiro artigo de seu projeto, que afirma que a cidade “nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz.” Informa, poeticamente, que a cidade não nasce das condições objetivas da sociedade em que se insere, mas de um gesto inaugural, uma gênese histórica autóctone. Ligaremos, mais uma vez, a desconsideração contextual na produção do objeto urbano modernista a um esquema de pensamento racionalista, que desconsidera (de acordo com seus discursos) as condições conjunturais das sociedades sobre as quais a transformação incide.

De maneira sumária, observamos que um dos ícones da transformação modernista do espaço urbano é a vocação histórica. Buscou-se ressaltar que a potência histórica da cidade significada pela arquitetura difere daquela transformada pela prática política desenvolvimentista. Não obstante, as diferenças observadas nas direções de futuro atribuídas pelas duas práticas exploradas possuem pontos de convergência. O pendor racionalista das duas ordens narrativas entende que a produção de uma nova histórica perpassa, paradoxalmente, pela negação objetiva do estado sócio-histórico da sociedade.

Esse ponto, o racionalismo, será explorado no capítulo seguinte como uma das hipóteses levantadas para explicar as ressignificações atribuídas ao modelo urbano. Já adiantamos, contudo, que concordamos com Nunes (2003) quando este afirma que a formalização racional da ocupação do espaço urbano, enseja a existência, dentro do Distrito Federal de práticas diametralmente opostas de transformação do espaço físico (e que, paradoxalmente, também se tornam práticas típicas do espaço urbano) regidas

pela espontaneidade e alheamento em relação aos ditames legais. Buscaremos argumentar que a prática arquitetônica modernista de ocupação do espaço, por se “desistoricizar” das condições contextuais, acaba por produzir um ambiente (ou matéria-prima) que entrevê a modificação de seu próprio sistema de transformações. A convivência com práticas diversas de ocupação do espaço, estas espontaneamente localizadas contextualmente, acaba por alterar os sistemas de transformação da prática arquitetônica modernista que passa a definir seus objetos de maneiras distintas, principalmente no que tange sua vocação temporal.

O capítulo que aqui se finaliza buscou argumentar a respeito da existência multifacetada de um mesmo objeto social em um dado período a partir do conceito de prática de Althusser. A seguinte seção deste texto, por sua vez, ponderará sobre as modificações de regimes de eficiência de uma prática singular na história da sociedade. O capítulo seguinte apreciará o relatório denominado *Brasília Revisitada* (produzido pelo próprio Lúcio Costa em 1987) Este relatório redefine as premissas de ocupação urbanas do espaço da cidade em vista da história de ocupação da cidade. O termo “história” já antevê as ressignificações sofridas pela prática arquitetônica modernista e pela forma urbana do plano piloto, que é índice icônico do urbanismo modernista.

4. A cidade vivida

Brasília

brasa em ilha

ou ilha em brasa

enfim, uma cidade

que não estava nos planos

do Sr. Lúcio Costa

Nicolas Behr

Após a descrição dos antecedentes que compõe a cidade de Brasília, a tarefa proposta agora é a análise breve de como se deu a inserção do produto da prática arquitetônica modernista empiricamente, e que acaba por alterar seus próprios sistemas de transformação. Apontamos, anteriormente, que caracterizamos enquanto típico da prática arquitetônica modernista o racionalismo. Segundo a acepção de Marcondes e Japiassú, o racionalismo considera que a razão humana não se insere contextualmente, mas é uma verdade válida universalmente (JAPIASSÚ, MARCONDES, 2001). Esta acepção, associada em um subsistema à prática arquitetônica, acaba por criar uma cidade com pendores históricos específicos. Porém, a cidade modernista que se pretendia uma unidade formalizada e racionalizada vê a história contextual brasileira que rechaça em suas formulações conspurcar a pureza do modelo urbano. As promessas de reformulação societária calcadas em um determinismo ambiental não são cumpridas e o modelo modernista não se torna unívoco dentro da cidade.

De acordo com John Holston, “no caso de Brasília, fica demonstrado que a arquitetura e urbanismo modernista não apenas falharam, mas fortaleceram muitas vezes aquilo que queriam negar” (HOLSTON, 1993). A proposta de eliminação da especulação imobiliária acaba por conferir força a um grupo de empresários que, por uma *falsa escassez de terras*⁵⁰, obtém enormes lucros. A própria sociedade que o modelo pretendia emancipar acaba por rejeitar algumas das premissas formais do modelo, adaptando-o aos seus afetos próprios em relação ao modelo urbano.

Efetuada a transformação do espaço pela prática arquitetônica modernista, o produto desta é apropriado por diversas formas e, de certo modo, negando a pureza das premissas racionalista (pelo menos no que tange a sua associação com a prática arquitetônica), transforma os próprios sistemas de transformação da prática arquitetônica modernista. Neste capítulo, analisaremos como a realidade vivida pela cidade, composta pelos mais diversos sistemas de transformação, se apropria do produto físico da prática modernista e acaba por alterá-la. A primeira parte, a partir de dados socioeconômicos, aponta a falha do modelo no sentido de transformação da sociedade capitalista. A segunda seção, a partir da análise documental do relatório denominado

⁵⁰ NUNES, Brasilmar F., KOHLSDORF. M.E. *Sociologia do espaço social de Brasília: o descontrole planejado*. Brasília: Projeto Integrado de Pesquisa/CNPq. 1999.

Brasília Revisita, infere alterações no sistema próprio de transformações da prática arquitetônica modernista. Também aqui cumpre informar que não acreditamos que a prática arquitetônica modernista esteja extinta. O que sustenta nossa percepção é o fato de que ainda no momento atual se constroem espaços calcados na estética modernista. É certo também que os sistemas de transformação da prática arquitetônica (como buscamos demonstrar nesta seção) se alteraram. Caso nos pautemos literalmente nos escritos do autor do qual retiramos a acepção de prática, talvez a alcunha modernista não caiba mais para descrever a arquitetura que estudamos, pois as determinantes de seu sistema de transformação se alteram drasticamente. Contudo, penso que não há de se negar que a tarefa de construção de edifícios é constituída por um sistema de práticas na qual se insere a arquitetura. Neste sentido só chamaremos a arquitetura de modernista por seus índices formais estéticos, mas sem perder de vista que uma arquitetura modernista “genuína” compõe-se de um processo de transformação bastante específico, no qual as ideias de racionalidade e determinismo ambiental cumprem papel preponderante.

4.1 Dados socioeconômicos e formas urbanas

Na presente seção, utilizaremos dados estatísticos na intenção de demonstrar que a cidade de Brasília, a despeito das intenções da arquitetura modernista, é marcada por uma estratificação calcada na renda que se expressa em distinções espaciais. Caso possa se argumentar que a morfologia da cidade, bem ao estilo da Escola de Chicago, informa novas formas de sociabilidade, esta não está expressa na criação de uma sociedade não estratificada. Primeiramente, reproduzimos uma tabela que indica a evolução do crescimento demográfico do Brasil e do Distrito Federal entre os anos de 1960-2007:

Ano	População			Taxa de Crescimento anual (%)			Taxa de urbanização (%)		
	Brasil	DF	Entorno Imediato	Brasil	DF	Entorno Imediato	Brasil	DF	Entorno Imediato
1960	70.070.457	140.164	38.860	3,0	-	-	44,7	63,0	14,9
1970	93.139.037	537.492	50.445	2,9	14,4	2,5	55,9	96,0	23,6

1980	119.002.706	1.176.935	120.797	2,5	8,2	9,1	67,6	96,8	76,1
1991	146.825.475	1.601.094	3030.860	1,9	2,8	8,7	75,6	94,7	89,1
2000	169.799.170	2.051.146	608.039	1,6	2,8	8,2	81,2	95,6	94,2

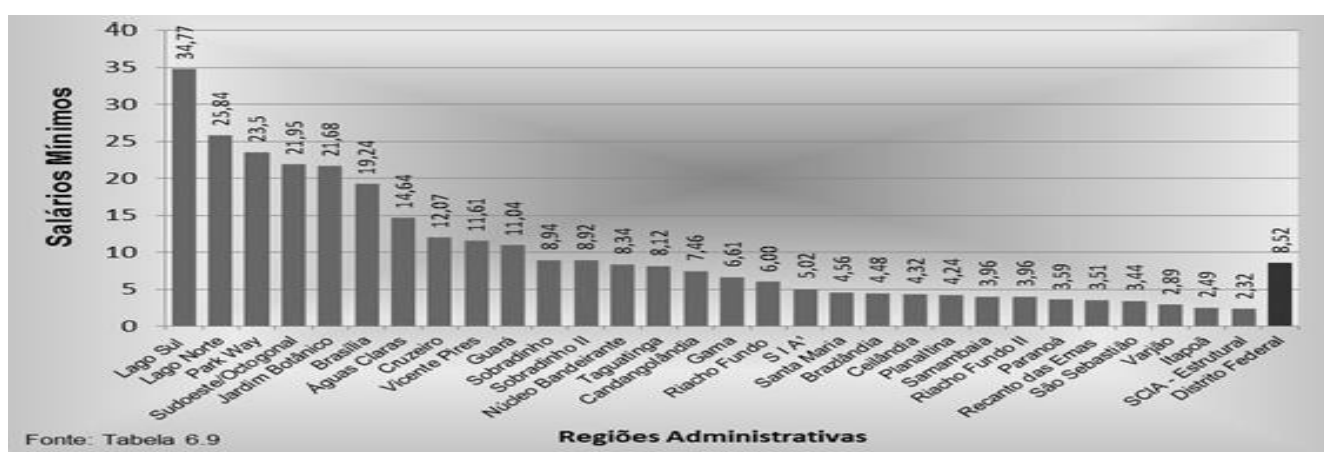
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1960-2007

Podemos observar que a taxa de crescimento da população do Distrito Federal supera a nacional em todos os períodos históricos analisados, mesmo que a diferença diminua drasticamente entre os anos de 1980 e 1991. Este fato se explicaria pela grande corrente migratória, principalmente de regiões do Nordeste brasileiro (NUNES, 2003), que se direciona para a cidade. De acordo Nunes, a justificativa mais corrente para o fluxo estabelecido é informada por uma perspectiva de ascensão social. Mesmo que concordemos com a tese de Arango⁵¹ de que as migrações são decisões, em última instância, individuais, a percepção da ascensão social informa algumas transformações operadas na percepção do modelo urbano. A perspectiva de que a cidade objetifica a possibilidade de mobilidade social, desde já, agrega ao espaço urbano a uma lógica de uma sociedade capitalista estratificada. A cidade, na acepção da arquitetura modernista, idealizada para uma sociedade horizontalizada converte-se então em catalisador de movimentos na hierarquia social.

Somado a este fato, observamos que as intenções controladoras da arquitetura modernista também são solapadas pelo contingente populacional da cidade. A região do Distrito Federal, projetada para uma população de 500 mil habitantes, hoje conta com um contingente populacional quatro vezes maior do que o pretendido. Inferimos que o racionalismo da prática arquitetônica modernista se abstém da história e, dessa maneira, desconsidera as gritantes desigualdades regionais da sociedade brasileira que ensejam o estabelecimento de fluxos migratórios. A “desistoricização” racional operada pela prática arquitetônica urbanística acaba por voltar-se contra os seus próprios termos de eficiência, pois a desconsideração no projeto do contexto sócio-histórico brasileiro acaba por introduzir sorrateiramente no espaço da cidade lógicas de ocupação espacial que pretende negar, como a *periferização* (KOHLSDORF e NUNES. 1999).

⁵¹ Arango, Joaquín: *Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración*. Disponível em: http://pendientedemigracion.ucm.es/info/gemi/descargas/articulos/42ARANGO_La_Explicacion_Teorica_Migraciones_Luces_Sombras.pdf.

A tabela seguinte ilustra a evidente estratificação espacial calcada na renda. A escola de Chicago, tratada artificialmente enquanto unidade, talvez apontasse que a segregação espacial é um traço típico da cidade, devido ao fato desta se constituir de unidades funcionais diferenciadas de um todo orgânico e cuja explicação poderia ser retirada da categoria analítica última de cidade. Contudo, neste ponto específico, nos filiaremos com a ideia da qual denominamos *a cidade como variável dependente*, que informa que os fenômenos urbanos devem ser associados a estruturas sociais mais abrangentes. Desta maneira, acreditamos que a estratificação espacial da cidade pode ser explicada pela desigualdade na distribuição do trabalho social que rege a sociedade capitalista.



Fonte: CODEPLAN, 2012, p. 29 (Dados da PDAD 2011)

Do gráfico apresentado, é possível observar que a disposição espacial da população do Distrito Federal é baseada em larga medida na renda da população. Tal disposição se chocaria com as intenções do projeto arquitetônico da cidade, segundo o qual a ocupação do espaço seria regida por premissas coletivas e não baseadas em diferenciações econômicas. É justo afirmar, entretanto, que o projeto de Lúcio Costa previa diferenciações de renda, que poderiam ser materializadas (no âmbito da formalização presente projeto) por diferenças acessórias das edificações, como o material com o qual seriam erigidas. Contudo, o urbanista argumenta também que as diferenças sociais pautadas na renda haveriam de ser neutralizadas pela morfologia comunitária da cidade.

Caso tomemos o Distrito Federal como unidade analítica, a proposta não se cumpriu. A forma urbana que se pretendia reduto da igualdade converte-se em um

estrato rico da cidade, representado pela enorme discrepância observada entre a renda média geral do Distrito Federal e aquela observa na RA de Brasília. Caso somemos o fato da narrativa mitológica da cidade dirigir-se comumente a forma urbana modernista (cujo reduto é o Plano Piloto) à posição hierárquica superior desta região na escala de rendas médias na cidade, talvez possamos sugerir uma hipótese que explique a hegemonia do discurso modernista nas representações imagísticas da cidade (DINIZ, 2013). É importante ressaltar mais uma vez que a forma urbana do Plano Piloto se refere a uma área específica da cidade de Brasília, como pretendem ilustrar as imagens a seguir:



Maquete do Plano Piloto, localizada no Espaço Lúcio Costa, na Praça do Três Poderes.



Vista aérea da RA da Ceilândia (a maior do Plano Piloto) e Taguatinga (ao fundo).⁵²

⁵² Disponível em: http://www.superbrasil.com/sat/foto_ceilandia_1.htm. Acessado em: 22/11/2013

A primeira imagem reproduzida refletiria em larga medida as premissas presentes no projeto de Lúcio Costa. Entretanto, como implica a imagem da maior região administrativa do Distrito Federal, essa forma de ocupação do espaço não unívoca. Aliás, o nome da RA representada na segunda imagem é bastante ilustrativo para evidenciar as estratégias de ocupação que se desenvolvem na cidade de Brasília. A alcunha Ceilândia deriva da sigla CEI (Centro de Erradicação de Invasões). O estabelecimento de um grande zoneamento urbano dentro da cidade de Brasília para realocar a população que se apropria de forma espontânea do espaço já indica a precariedade do modelo arquitetônico nas definições da evolução espacial da cidade em geral. Também evidencia que a população que ocupa o Distrito Federal, carrega marcas de suas socializações anteriores, de sua história social. Estas provêm de uma estrutura social na qual o espaço é ocupado espontaneamente e regido pela iniciativa privada (HOLSTON, 1993).

Como já sugerimos anteriormente, a rígida racionalização oficial da ocupação espacial informa, paradoxalmente, uma estratégia distinta de apropriação do espaço. Segundo Silva, a invasão de terras torna-se prática típica da ocupação do espaço do Distrito Federal e é executada tanto por indivíduos com baixa renda quanto por aqueles com altos rendimentos⁵³. Deste ponto, incorremos que a formalização racionalista da arquitetura modernista choca-se com estratégias de ocupação espacial espontâneas presentes na cidade, e estas questionam, simultaneamente, a poder de irradiação do modelo urbano do Plano Piloto e sua validade universal e trans-histórica.

Porém, não é somente nas invasões que se expressa a força espontânea com a qual a sociedade ocupa seus espaços. No próprio espaço da área tombada de Brasília encontram-se desvios ao modelo original. O caso das entrequadradas comerciais é icônico. Estas são projetadas, originalmente, para terem suas lojas com as portas abertas às superquadradas habitacionais. Entretanto, os habitantes da cidade apropriam-se do conceito particular das entrequadradas e transformam-nas em formas urbanas que lembram aquelas típicas das demais cidades brasileiras. Os comerciantes voltam as frentes de suas lojas para as ruas e buscam recriar um espaço de socialização típico das demais cidades brasileiras: a rua (HOLSTON, 1993).

⁵³SILVA, Hélio de Andrade. *Os problemas fundiários do Distrito Federal*. Mundo Jurídico, São Paulo, 2006.

De forma breve, buscamos demonstrar nesta seção que a história da cidade opõe-se em larga medida às prescrições encontradas no projeto de cidade. Tal distanciamento se revela, em parte, na falha do modelo em sua função transformadora da sociedade. Esta questão específica incide sobre a crença no poder do determinismo ambiental que rege as doutrinas da escola dos CIAM, da qual Lúcio Costa é membro. Em uma inversão histórica, a sociedade sobre a qual o projeto pretendia incidir acaba por ameaçar a própria existência da forma urbana modernista. A defesa da forma urbana de Brasília por medidas legais que tombam sua forma urbana (mesmo que a Lei nº 3.751, artigo 38, abril de 1960 já prescrevia que a forma urbana seja preservada) evidenciam, simultaneamente, a potência que o contexto histórico herdado possui na definição dos termos que regem a ocupação do espaço e a precariedade demonstrada pelo determinismo ambiental, que agrega práticas teóricas racionalistas e práticas arquitetônicas.

A seção subsequente a esta, voltará mais uma vez à noção de *prática* de Althusser. Buscaremos entender como a *prática* arquitetônica altera as premissas de seus sistemas de informações ao lidar com a realidade descrita. É interessante notar, de antemão, que um dos fatores que levam a reavaliação da prática urbana modernista se encontra justamente em sua própria produção de uma cidade. Ao produzir uma cidade física, localizada temporalmente, a partir de seus sistemas de transformações a *prática* arquitetônica cria uma nova configuração de matéria-prima sobre a qual tem que se reproduzir. Compreendemos que as modificações nas representações da prática arquitetônicas não podem ser reduzidas a seus termos internos, pois as práticas só seriam autônomas relativamente (ALTHUSSER, 1979). Uma peculiaridade da *prática* arquitetônica modernista (na qual destacamos o aspecto racionalista) baseia-se na crença de que seus produtos são descolados de contextos sociais, o que conduz, ironicamente, a reavaliação de seus sistemas de próprios transformação a partir da transformações operadas por outras *práticas* sobre seu produto, que seria, na verdade, contextualmente situado.

4.2 A prática arquitetônica de Lúcio Costa 27 anos depois: *Brasília Revisitada*.

Após 27 anos de existência e das grandes mudanças vividas pela cidade, Lúcio Costa volta seu olhar para a cidade que projetara. O urbanista escreve o relatório denominado *Brasília Revisitada* que funda as bases do decreto nº 10.829/87, datado de 14 de outubro de 1987 e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal. Tal decreto faz parte das medidas burocráticas que visam a inclusão do conjunto arquitetônico e urbanístico na cidade de Brasília entre os patrimônios culturais da humanidade definidos pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). A partir deste documento, buscaremos analisar as mudanças atribuídas aos produtos da *prática* arquitetônica modernista. É certo que os dados socioeconômicos e as imagens expostas na seção anterior não correspondem imediatamente ao período em que o urbanista escreve seu relatório. Porém, consideraremos que as observações feitas a respeito dos destinos que a ocupação urbana tomou no Distrito Federal já seriam sentidas no momento em que se escreve *Brasília Revisitada*.

Lúcio Costa, no início do relatório, faz uma interessante observação. Segundo este, o que se destaca na história da cidade de Brasília é a sua continuidade em relação ao projeto original. Ora, no capítulo anterior, observamos que a história da cidade subverte em larga medida as intenções contidas no Projeto para o Plano Piloto (Costa, 1957). Entretanto, argumentaremos que esta percepção de Lúcio Costa seria autorizada pela alteração no *sistema transformação* particular à arquitetura modernista. O argumento que regerá esta passagem indicará que o sentido de ruptura histórico contido nos projetos originais converte-se, devido à história da ocupação espacial da cidade, em índice estético. Pedro Menezes⁵⁴, ao analisar a trajetória da arquitetura modernista no tempo e munido de conceitos weberianos, indica que estas deixam de ser experimentadas enquanto processos e convertem-se em objetos estanques. Pensamos, em consonância com Menezes, que a observação de Lúcio Costa acerca da permanência das premissas contidas no projeto só podem se explicar pela eliminação do papel de processo de alteração social contido na prática modernista. Valendo-nos de termos

⁵⁴ MENEZES, Pedro Martins de. *Processo e ontologia: a cristalização de trajetórias nas narrativas do urbanismo modernista*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

althusserianos, a prática arquitetônica tem seus sistemas de transformações alterados e, desta forma, produz no mesmo objeto que produzira anteriormente sensibilidades diferenciadas. Contudo, não conferimos ao objeto (a arquitetura) imobilidade histórica, apenas afirmamos que esta é significada de maneira diversa. A seguinte passagem parece confirmar a hipótese do não cumprimento das promessas de transformações sociais contidas no projeto original

“Não menos evidente é o fato de que — por todas as razões — a capital é histórica de nascença, o que não apenas justifica mas exige que se preserve, para as gerações futuras, as características fundamentais que a singularizam. É exatamente na concomitância destas duas contingências que reside a peculiaridade do momento crucial que Brasília hoje atravessa: de um lado, como crescer assegurando a permanência do testemunho da proposta original, de outro, como preservá-la sem cortar o impulso vital inerente a uma cidade tão jovem.”(COSTA, 1987).

A passagem acima também parece nos informar sobre alterações relativas à imperatividade do modelo na regência de existências sociais (baseada esta, como buscamos expor em passagens anteriores em relações com *práticas* teóricas racionalistas). Parece-nos que Lúcio Costa admite que a sociedade seja dotada de *práticas* que criam modelos de ocupação urbanos diversos, mas dotados de atributos positivos, como parece informar-nos a imagem de “impulso vital”. A evocação da preservação legal da forma urbana indica também que a arquitetura modernista se vê (reflexivamente) engajada em contextos no qual as *práticas* se condicionam mutuamente.

O relatório, ao se referir à escala residencial⁵⁵ contida em seu projeto, afirma que “A proposta de Brasília mudou a imagem de ‘morar em apartamento’, e isto porque morar em apartamento na Superquadra significa dispor de chão livre e gramados generosos contíguos à ‘casa’ numa escala que um lote individual normal não tem possibilidade de oferecer”. Esta questão é polêmica e sua resposta demandaria uma pesquisa específica no sentido de investigar os usos do espaço urbano do Plano Piloto. John Holston afirma que a forma urbana de Brasília nega o direito à cidade por excluir em sua morfologia o espaço de socialização historicamente tradicional das cidades brasileiras: a rua (HOLSTON, 1993). Diniz, em contrapartida, identifica que, através de entrevistas realizadas com moradores do Plano Piloto, que estes atribuem valores

⁵⁵Segundo Lúcio Costa, o projeto de Brasília seria dividido nas escalas: monumental, bucólica, gregária e residencial.

positivos à forma urbana das superquadras, principalmente no que tange sua jardinagem. Pessoalmente, e enquanto morador do Plano Piloto de Brasília, poderia indicar aspectos positivos ao modelo das superquadras. Contudo, a questão parece-nos ainda permanecer em aberto.

O que mais interessa a nós na passagem transcrita, entretanto, é observar que Lúcio Costa abstém-se de refletir sobre a vocação transformadora das relações de distinção que se atribuíra à morfologia das superquadras. No momento em que escreve, os sistemas de alteração da prática arquitetônica modernista parecem modificados; pois, se anteriormente a sua produção atribuíra ao espaço a potência de transformação social, hoje a influência morfológica do espaço é restrita à fruição individual. A atribuição da peculiaridade da cidade de Brasília também indica que esta não mais resultaria de uma forma de sociabilidade específica, mas se restringiria a uma questão estética, como parece informar este trecho do relatório:

“Brasília, a capital, deverá manter-se "diferente" de todas as demais cidades do país: não terá apartamentos de moradia em edifícios altos; o gabarito residencial não deverá ultrapassar os seis pavimentos iniciais, sempre soltos do chão. Este será o traço diferenciador — gabarito alto no centro comercial, mas deliberadamente contido nas áreas residenciais, a fim de restabelecer, em ambiente moderno, escala humana mais próxima da nossa vida doméstica e familiar tradicional.” (COSTA, 1987).

O último ponto do relatório que gostaríamos de ressaltar é que Lúcio Costa, diferentemente do que acontece no projeto original da cidade, situa as premissas do desenho urbano historicamente. Assim declara Lúcio Costa:

“O plano-piloto de Brasília não se propôs visões prospectivas de esperanto tecnológico, nem tampouco resultou de promiscuidade urbanística, ou de elaborada e falsa ‘espontaneidade’. Brasília é a expressão de um determinado conceito urbanístico, tem filiação certa, não é uma cidade bastarda. O seu ‘facies’ urbano é o de uma cidade inventada que se assumiu na sua singularidade e adquiriu personalidade própria graças à arquitetura de Oscar Niemeyer e à sua gente”.

É importante lembrar que o relatório, além de definir algumas diretrizes para a futura ocupação do espaço da cidade, também compõe um subsistema de práticas destinadas à patrimonialização do espaço da cidade. Neste contexto, os produtos da prática arquitetônica urbana modernista estariam engajados em relação com uma prática de museológica. Interessante notar é que este engajamento com determinada prática museológica não congela a prática arquitetônica, mas produz uma nova matéria prima

sobre as quais outras práticas e a própria arquitetura se reproduzirá. Em um sentido mais profundo, uma realidade humana não é dada, mas está em incessante processo de reformulação. De forma mais prosaica, apontamos que Lúcio Costa prevê, em *Brasília Revisitada*, a construção de novas áreas da cidade orquestrada pelas determinantes, pelo menos no aspecto morfológico, da arquitetura modernista.

3.2.1 Ilustração de uma ressignificação contemporânea: O bairro do Noroeste.

A construção do bairro do Noroeste, que ainda está em andamento, é a última efetuada na área tombada de Brasília e evidencia as gritantes contradições presentes no espaço urbano da cidade. A previsão da construção do bairro consta no documento *Brasília Revisitada*. O atual projeto do bairro foi aprovado na terceira gestão do então governador Joaquim Roriz, iniciada em 1999. A morfologia do bairro é dotada dos moldes tradicionais do plano piloto, seguindo a lógica da superquadras, com prédios em pilotis e com seis pavimentos. A continuidade morfológica do bairro em relação ao modelo da cidade pode sugerir que da forma arquitetônica resultam os mesmos signos, mas não é isso que se observar. Buscaremos demonstrar de forma bastante célere a polissemia de significados que são atribuídas à forma de ocupar o espaço.

A prática imobiliária, um subsistema da prática econômica com ditames próprios, transforma as edificações em mercadoria. O preço do metro quadrado das habitações no bairro gira em torno de R\$ 8.500,00, o que já indica que o acesso ao bairro é condicionado a uma parcela específica da população. Um folder publicitário de uma empresa imobiliária que vende apartamentos no bairro afirma: “Um novo conceito de ser único, exclusivo.”. A exclusividade descrita não poderia ser associada a um ineditismo arquitetônico, pois a morfologia do bairro tem continuidade formal com o Plano Piloto. Porém, talvez nesta sedutora frase pudéssemos discernir algumas das lógicas de estratificação espacial na cidade. Longe de eliminar as distinções de classe, a lógica de ocupação do espaço de Brasília reedita a segregação espacial pautada na renda e converte o local e tipo de moradia em signos de status. Sobre este último ponto, é interessante observar que o bairro, cujas edificações são parametrizadas oficialmente, vale-se de outros subterfúgios de diferenciação. É muito curioso notar que neste bairro, diferentemente do que ocorre na maioria dos edifícios construídos no plano piloto são batizados com nomes, estes normalmente em língua estrangeira, que lhes confere um ar

“chic” como: *Hope Residencial*, *Infinite Residencial*, *Sancy Residencial*, *Selection 36*, etc.

Um ponto polêmico que gira em torno da construção do bairro é a questão ecológica. De um lado, são produzidas narrativas ecológicas que condenam a construção do bairro (estas se afinam constantemente com a questão étnica) ⁵⁶. Atribui-se à edificação do bairro, através de uma produção da prática ecológica, a destruição de uma região importante de mata nativa na cidade. Tais grupos pressionaram o IBAMA à paralização das obras calcados na transformação da construção em violência ambiental.

O que é interessante observar é que os produtos desta prática ecológica alteram a matéria prima nas quais as outras práticas vão se reproduzir e, assim, acabam por condicionar os produtos das outras práticas. O empreendimento imobiliário, por exemplo, ao se reproduzir em uma realidade na qual a questão ecológica se faz presente, altera alguns dos símbolos de sua produção. As mesmas imobiliárias, significadas pelos ecologistas como as fontes das violências contra a natureza, reproduzem, em seu próprio modo, a matéria-prima ecológica. A pecha de “primeiro bairro verde” do Brasil está presente em quase todas as campanhas publicitárias destinadas à venda de imóveis no bairro.

Esta brevíssima seção, que enseja mais questionamentos que os soluciona, cumpre uma simples função neste texto que já se alonga por demais: em primeiro lugar, demonstrar mais uma vez, porém com exemplos empíricos diversos, que um mesmo objeto físico abriga os mais diversos significados; a realidade social é extremamente polissêmica. Em segundo lugar, e no que tange mais especificamente nossa reflexão, seria demonstrar que o tombamento do espaço de Brasília não implica em imobilidade. Poderíamos ter usado alguma área já edificada no perímetro tombado no distrito federal para demonstrar esta última posição, mas o fato do bairro ainda passar por um processo de edificação traz a superfície de maneira bastante evidente (e talvez até caricatural) as contradições, criações e recriações que perfazem toda realidade humana.

⁵⁶ SCHVARSBERG, Alan. *A construção do bairro Setor Noroeste feita pelo Correio Braziliense: Uma análise do discurso do jornal a respeito do projeto, enquanto empreendimento imobiliário, projeto urbanístico, sócio-político e ambiental para a capital*. Brasília, 2009. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2009/08/452273.pdf>.

5. Considerações finais: cidade tombada é cidade parada?

O trabalho aqui empreendido primeiramente buscou os antecedentes que permitiram o surgimento da cidade de Brasília e de sua arquitetura particular. Nessa parte, descrevemos como um dos símbolos da cidade nascia a vocação para ruptura com o passado. Com a discriminação da peculiaridade das vocações históricas atribuídas à cidade, de um lado, pela prática política e, de outro, pela prática arquitetônica que se associam na criação do espaço urbano, buscamos demonstrar como, desde os momentos iniciais do espaço, observamos contradições, sentidos diferenciados, enfim, a polissemia que habita os objetos sociais. Buscamos indicar também que tanto a prática arquitetônica quanto a prática política presentes na discriminação dos antecedentes sociais são informados (ou associados) por uma prática teórica racionalista.

O conceito de *prática* (Althusser, 1979) pareceu conveniente para tratar da questão. Tal acepção implica que a sociedade pode ser entendida, em um mesmo momento, tanto em sua unidade quanto em sua diversidade. As *práticas* seriam sistemas de transformação relativamente autônomos que criam produtos convertidos em matéria-prima para a sua ulterior produção e para a produção de práticas distintas. A relatividade das práticas, contudo, implica que estas estão inter-relacionadas em um sistema mais abrangente (que as classifica hierarquicamente) composto por suas associações que resulta em uma prática social.

Entendemos também que o conceito debatido consegue operacionalizar uma das características humanas que cremos típicas, a qual buscamos pinçar analiticamente da realidade empírica: a potência criativa humana. Bem ao feitio da ontologia marxista da reprodução humana pela categoria trabalho, acreditamos que a ideia de *prática* confere grande mobilidade às realidades sociais. De acordo com esta ideia, efetuada a transformação da realidade através de um sistema particular, os objetos desta operação vão determinar condições diferenciadas sobre as quais se realizará a ulterior reprodução da vida humana. Longe de serem simples acessórios ideais, as práticas conformariam os perfis dos objetos sociais em um dado contexto e, em certa medida, a própria realidade.

Munidos do conceito descrito, a tarefa seguinte foi a descrição dos rumos que tomou a ocupação da cidade de Brasília ao longo do tempo. Identificamos que o desenvolvimento factual da cidade extrapola grandemente as previsões contidas no

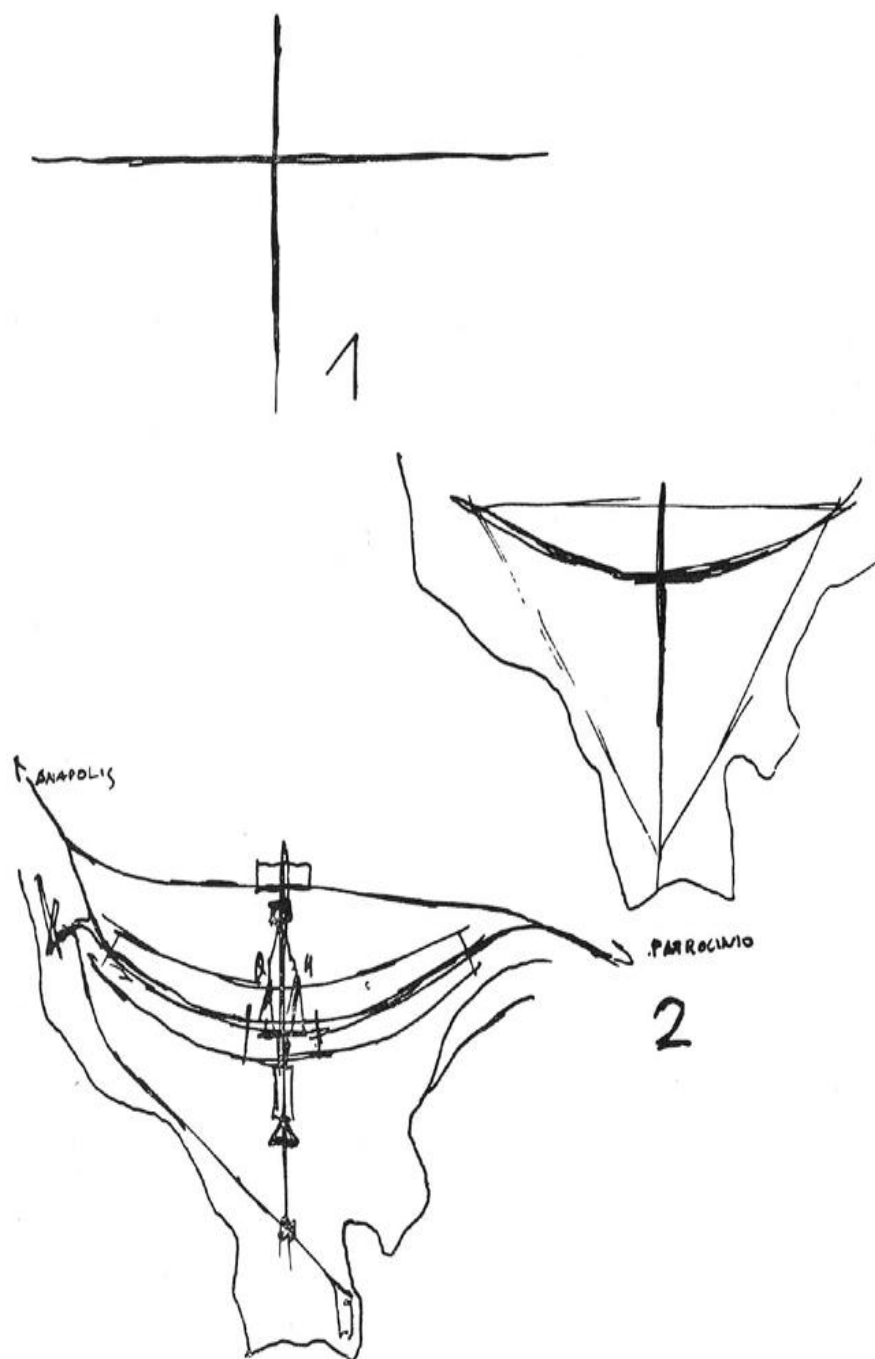
modelo arquitetônico modernista e, desta maneira, cria condições (matéria-prima) diversas para a prática arquitetônica se reproduzir. A cidade, heroicamente narrada a partir de sua origem espontânea, é ocupada por uma sociedade com uma história própria e largamente condicionada por uma lógica de mercado. A pesquisa empírica da história da cidade pretendeu assim revelar, que a percepção de Brasília enquanto cidade planejada não implica que a narração de sua história deva se restringir aos termos presentes no projeto de cidade.

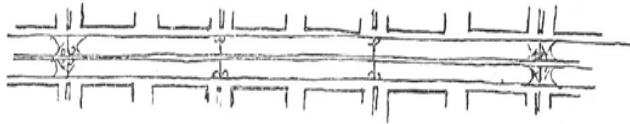
O documento *Brasília Revisitada* buscou demonstrar as reordenações que Lúcio Costa aplica à prática arquitetônica modernista frente a um contexto social específico. Por fim, ilustramos, de forma bastante superficial e através do exemplo do bairro do Noroeste, que entendemos que a eternização do modelo urbano de uma parte da cidade de Brasília não retira do espaço urbano de sua criatividade produtora, que, afinal das contas, tomamos como ontologia humana. Nunes afirma belamente em uma de suas obras que “uma cidade não se funda, ela se forma permanentemente” (NUNES, 2003). Buscamos demonstrar, à revelia das lacunas já expostas nas primeiras passagens do texto, esta percepção descrita com a qual coadunamos.

A interpretação da cidade de Brasília aqui empreendida certamente abre mais questões que as fecha. Talvez a abertura mais evidente desta seja a busca de uma representação subjetiva mais individual acerca da cidade por seus moradores. Cidade e Souza já demonstram que a representação oficial da cidade é distinta daquela dos habitantes da cidade. Uma possível aproximação do tema seria a apropriação do conceito althusseriano de *aparelhos ideológicos do estado*, que implica o controle do poder político e suas respectivas representações por uma parcela particular da sociedade. Outra questão, e que surge da primeira, faz referência ao conceito de *ciudades-globais* (SASSEN 2012). Seria interessante mensurar como forças locais e globais se acomodam para a formação das imagens da cidade e, assim, refletir a respeito dos efeitos da ampliação da lógica da mercadoria em realidades globais; se esta solapa as idiosincrasias localizadas ou apenas confere-lhes formatações distintas. Por fim, a parcialidade do trabalho confere-lhe um feitiço pouco conclusivo, mas talvez seja bom assim. Pois uma afirmação finalista extingue a possibilidade de novas aproximações teóricas da realidade, ou (o que parece mais provável) desconsidera aspectos da realidade em seus termos analíticos e, assim, faz-se completa porém pouco adaptável à mesma realidade sobre a qual discorre.

Uma das convicções que apreendemos do trabalho é que a racionalidade exacerbada, quando aplicada a realidades sociais, muitas vezes destaca aquilo que pretende negar. Esta percepção nos alerta acerca do perfil conclusivo que deve se atribuir a uma análise sociológica. A história narrada aqui é parcial e admite as mais variadas inserções e negações. O que a história da cidade que adotamos como nossa nos informa é que, a despeito das tentativas de encaixotar a realidade humana em um corolário de categorias racionais, essa sempre extrapola aquilo proposto e cria novos estados num mesmo tempo e ao longo deste. Quantas percepções são criadas sob a aparente imobilidade física do modelo urbano de cidade. E quantas ainda são possíveis criar. Esta, de maneira positiva ou negativa, está finalizada.

Anexo I.

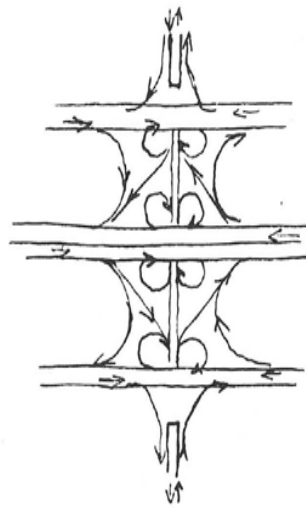
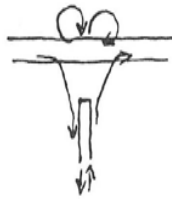




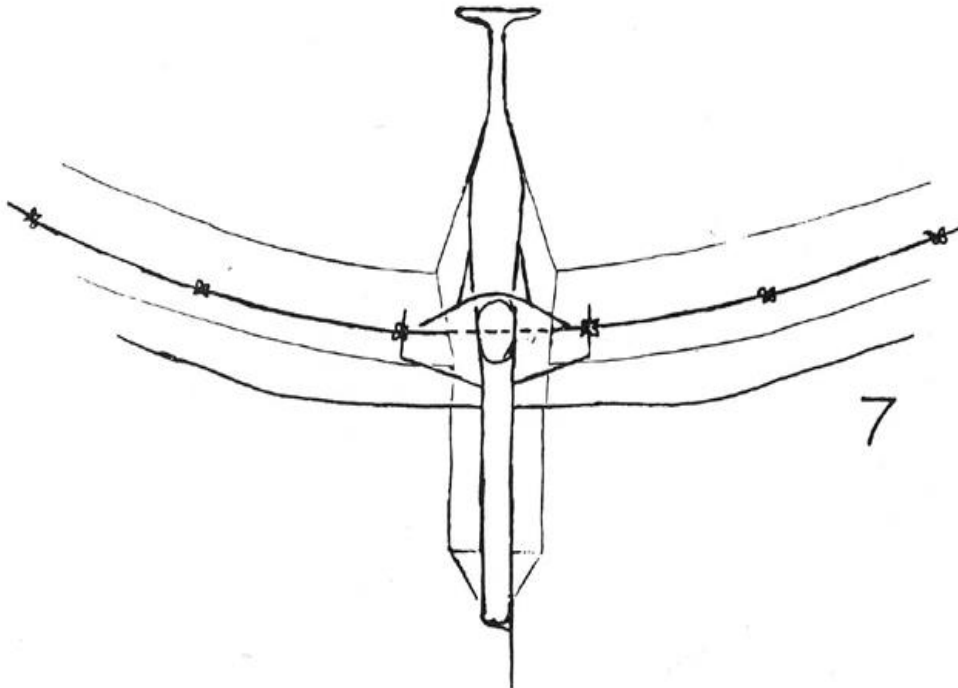
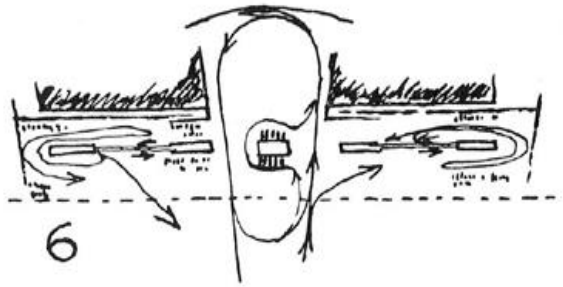
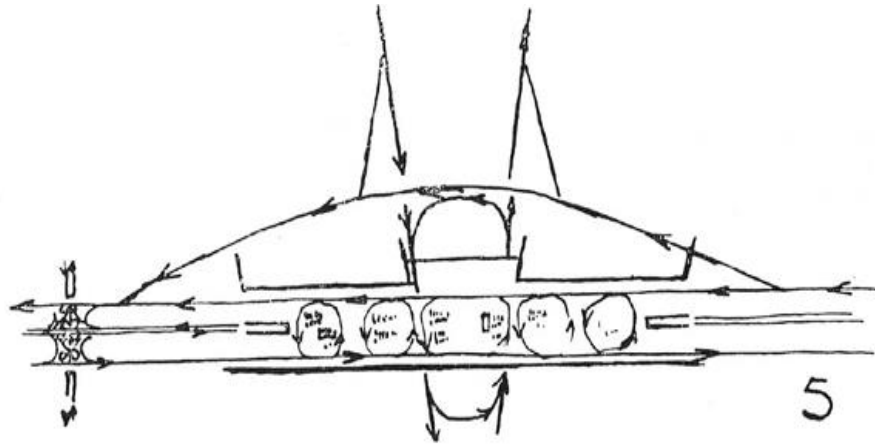
3

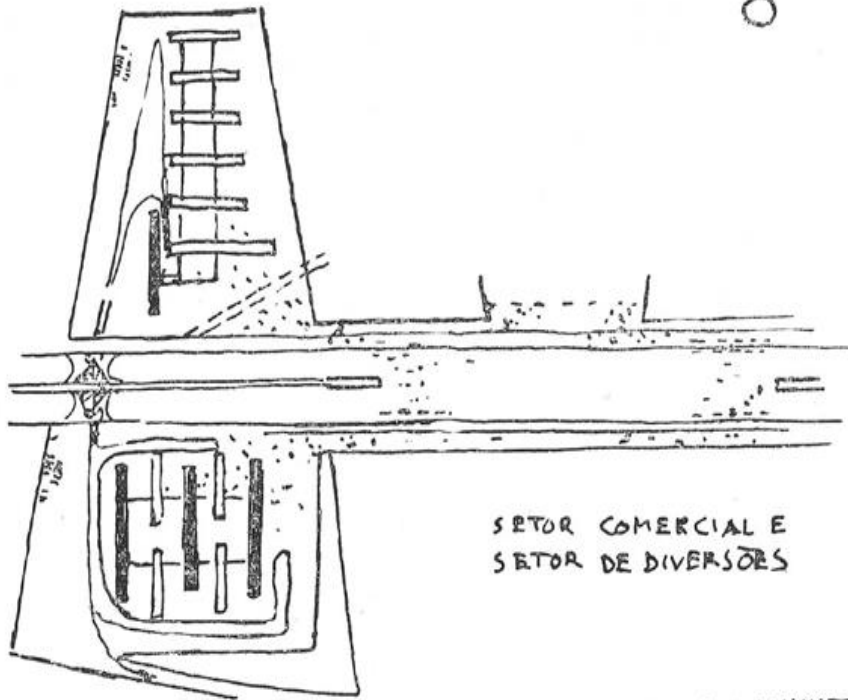


4



3

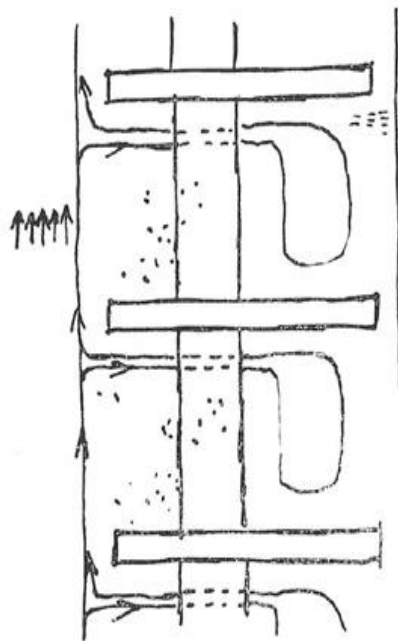
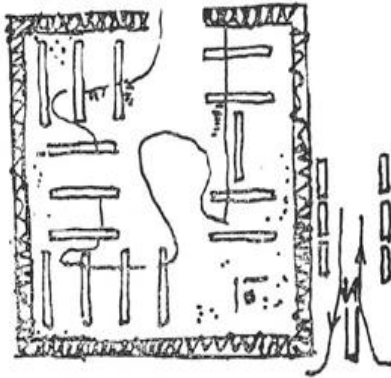


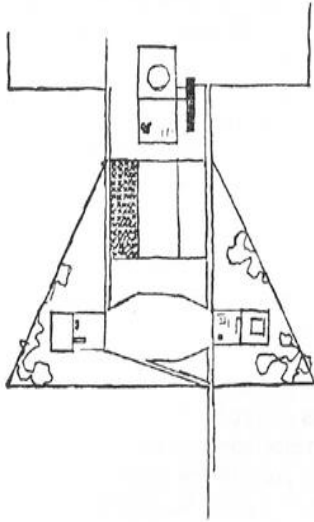


SETOR COMERCIAL E
SETOR DE DIVERSÕES

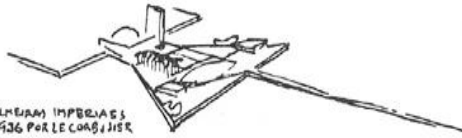
SETOR DOS MINISTERIOS

SETOR RESIDENCIAL

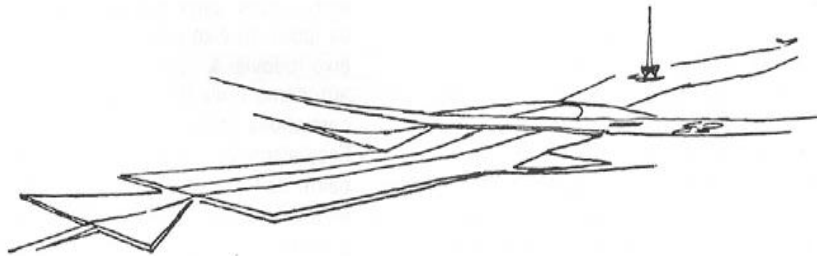




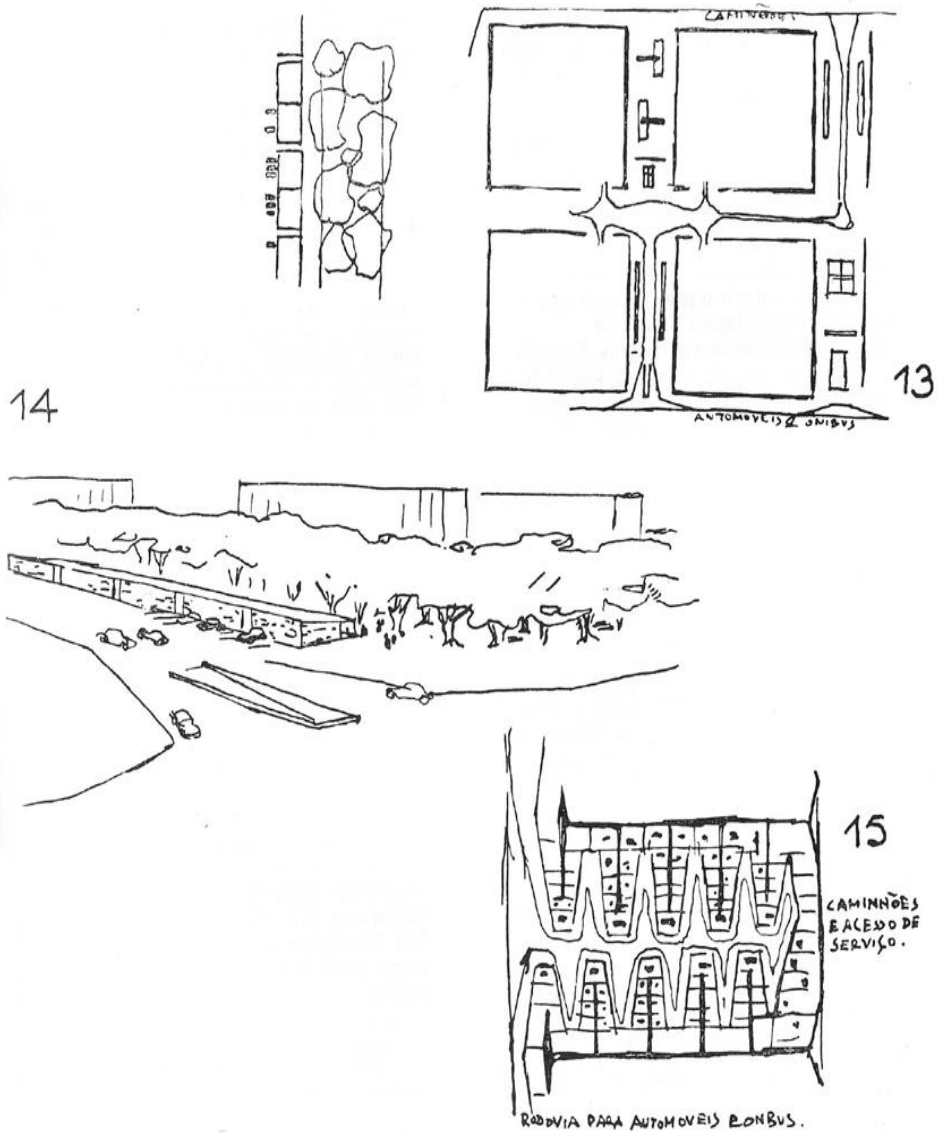
9



FORMA DE PALMEIRAS IMPRECIAS.
PROPOSTA 1936 POR LE CORBUSIER



1



Figuras 1. Desenhos do Projeto de Lúcio Costa (COSTA, 1957).



Figura 2. Unidade de Habitação em Berlin projetada por Le Corbusier. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Corbusier_Unite_Berlin.jpg> Acessado em: 08/11/2013



Figura 3. Bloco residencial na cidade de Brasília Disponível em:
<http://joavillaverde.blogspot.com.br/2012/07/interludio_25.html> Acessado em: 08/11/2013

Bibliografia Consultada:

ALTHUSSER, Louis. A favor de Marx. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos do Estado. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1983.

BENEVOLO, Leonardo. História da arquitetura moderna. São Paulo, Editora Perspectiva, 1994.

BERNARDES, G. D. Goiânia, cidade planejada / cidade vivida: discurso e cultura da modernidade. Tese (doutorado em Sociologia). Brasília: Departamento de Sociologia da UnB.

Carta de Atenas - Assembleia do CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – 1933. Disponível em:

<http://www.pdturismo.ufsj.edu.br/legislacao/cartas/atenas.html>.

CIDADE, Lúcia Cony Faria & SOUZA, Sérgio de Oliveira. Geopolítica, modernismo e imagem de cidade: potencialidades e limites do patrimônio turístico no Distrito Federal. Rio

Claro: Geografia, 27(3): 71-86, Dezembro de 2002. Revista da AGETEO – Associação de Geografia Teórica.

CODEPLAN. Distrito Federal em Síntese: Informações Sociecômicas e Geográficas – 2012. Brasília, 2013.

COSTA, Arthur. NUNES, Brasilmar F. Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social in Caderno Metrôpoles nº17, 2007.

COSTA, Lúcio. Brasília Revisitada. Complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. Rio de Janeiro, 1987.

COSTA, Lucio. Relatório do Plano Piloto. Brasília, 1957.

DE BENEVIDES, M.V.. O governo Kubistchek. Desenvolvimento econômico e estabilidade política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

DE MAGALHÃES, Themis Quezado. Brasília: mitos e vivências. Dissertação de mestrado em antropologia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Brasília, 1985.

DINIZ, Frederico V. T. A Brasília, as Brasília: localizando a narrativa "comum" nos usos da cidade. Tese defendida no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília para a obtenção do título de mestre. Brasília, 2013.

DURKHEIM, Émile. O Suicídio. Queluz de Baixo, Editorial Presença, 2001.

ELIAS, Norbert O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes. Vol.I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.

ENGELS, Friedrich & MARX, Karl A Ideologia Alemã. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil 32ª edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2005.

HOLSTON, John. A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua Utopia. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

LACERDA, N. Fragmentação e integração: movimentos de (re) estruturação espacial das metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, A. C.T, LIMONAD, E. , GUSMÃO, P. P. Desafios do planejamento: produção da metrópole e questões ambientais, Rio de Janeiro, Letra Capital, 2012 p. 21-42.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política VI.I. 23ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

MOTTA, Luana Dias. A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e direitos à cidade. Disponível em:
<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf>

NUNES, Brasilmar Ferreira: Brasília: a fantasia corporificada Brasília, Paralelo 15, 2004

NUNES, Brasilmar F., Kohlsdorf. Sociologia do espaço social de Brasília: o descontrole planejado. Brasília: Projeto Integrado de Pesquisa/CNPq. 1999

OLIVEN, Ruben George Urbanização e Mudança Social no Brasil. Petrópolis, Editora Vozes, 1988

PARK, Robert Ezra: A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano in Velho, Otávio (org.) O fenômeno urbano, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Edit. 1979.

SANDRONI, Paulo (org.). Novíssimo dicionário de Economia. São Paulo, Editora Best Seller, 1990.

SASSEN, Saskia: A cidade global: recuperando o lugar e as práticas sócias. In Sociologia da globalização . Porto Alegre, ARTMED, 2010.

SCHVARSBURG, Alan. A construção do bairro Setor Noroeste feita pelo Correio Braziliense: Uma análise do discurso do jornal a respeito do projeto, enquanto empreendimento imobiliário, projeto urbanístico, sócio-político e ambiental para a capital. Brasília, 2009. Disponível em:
<http://brasil.indymedia.org/media/2009/08/452273.pdf>.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SMITH, Adam. A riqueza das nações In: Os economistas. São paulo, Nova Cultural, 1988.

WEBER, Max. Dominação não legítima: A tipologia das Cidades in: Economia e Sociedade. Vol. 2. Brasília, UNB, 2000.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (org.) O Fenômeno Urbano, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1979 .

